

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008 CORE/PR

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

PRESTAÇÃO
DE
CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO 2008
INDIVIDUALIZADA

**(Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de
dezembro de 2008)**



SUMÁRIO

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2008.....	01
I ROL DE RESPONSÁVEIS.....	02
II RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO II.....	08
1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	09
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS/PROGRAMÁTICAS.....	10
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	10
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	11
2.3 PROGRAMAS.....	15
2.3.1 Programa 1287 – Saneamento Rural.....	15
2.3.1.1 Ação 2272.....	15
2.3.1.2 Ação 4641.....	18
2.3.1.3 Ação 7684.....	21
2.3.1.4 Ação 7656.....	24
2.3.2 Programa 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos.....	27
2.3.2.1 Ação 10 GG.....	27
2.3.3 Programa 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto.....	30
2.3.3.1 Ação 20 AF.....	30
2.3.3.2 Ação 20 AG.....	33
2.3.3.3 Ação 2272.....	35
2.3.3.4 Ação 6908.....	38
2.3.3.5 Ação 7652.....	41
2.3.3.6 Ação 10 GD.....	44
2.3.3.7 Ação 10 GE.....	46
2.3.4 Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.....	49
2.3.4.1 Ação 2272.....	49
2.3.4.2 Ação 8743.....	52
2.3.4.3 Ação 3869.....	58
2.3.4.4 Ação 6140.....	60
2.3.4.5 Ação 8743.....	63
2.3.5 Programa 0016 – Gestão da Política de Saúde.....	66
2.3.5.1 Ação 4572.....	66
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	71
2.4.1 Evolução Gastos Gerais.....	90
3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	91
4 RESTOS A PAGAR.....	91



5 CONVÊNIOS.....	92
5.1 A LIBERAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA.....	92
5.2 A COMPROVAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA.....	99
5.3 A APROVAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA.....	101
6 ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	107
7 PROJETOS/PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	107
8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	107
9 DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....	107
10 OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	107
11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	107
12 RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	108
13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	110
14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	110
15 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	111
16 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	111
17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	113
18 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	119
III INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - ANEXO III.....	120
1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO SIAFL..	121
2 BALANÇO PATRIMONIAL/DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	122
3 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	122
4 DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	122
5 NOTAS EXPLICATIVAS/DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	122
6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	122
7 DEMONSTRATIVO PAGAMENTOS DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA.....	122
IV DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL – ANEXO IV.....	123
1 DECLARAÇÃO APRESENTAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	124
V RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO – ANEXO V.....	125
1 PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	126
2 PARECER DE CONSELHO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	135
3 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL E DE AVALIAÇÃO ANUAL SOBRE CONTRATO DE GESTÃO.....	135
4 PARECER DO DIRIGENTE OU ENTIDADE SUPERVISORA DO CONTRATO DE GESTÃO.....	135
5 RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO.....	135



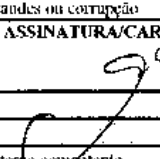
6 RELATÓRIO DE GESTÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO BANCO OPERADOR.....	135
7 RELATÓRIO EMITIDO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO.....	135
VI RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO, EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE- ANEXO VI.....	136
VII CERTIFICADO DE AUDITORIA – ANEXO VII.....	137
VIII PARCER CONCLUSIVO CONTROLE INTERNO – ANEXO VIII.....	138
IX PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL – ANEXO IX.....	139



C – ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2008

Prestações de Contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (EXCETO BANCO CENTRAL E ENTIDADES PÚBLICAS QUE TENHAM CELEBRADO CONTRATO DE GESTÃO)

**ORGÃO/ENTIDADE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – COORDENAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ**

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN/TCU 57/2008)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008).	Fl. 02
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados	Fl. 08
▪ Demonstrativo relacionando as dispensas de instrução de TCE, conforme indicado no item 15 do Anexo II.	Fl. 111
III. Informações contábeis	
▪ Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Sisti.	Fl. 121
▪ Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos.	Fl. 122
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	Fl. 124
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	
▪ Parecer da unidade de auditoria interna	Fl. 125
▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção	Fl. 129
LOCAL/DATA Curitiba, 31 de março de 2009.	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL  Vinicius Reali Paraná Coordenador Regional FUNASA/CORE/PR
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
3. ACESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*) Nos casos em que a UU não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever "não se aplica".



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ROL DE RESPONSÁVEIS **(ART. 10 DA IN/TCU 57/2008)**



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 13/02/2009
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 001
UG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2008
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 541.888.229-53 - KARIN MARIA MEGIAS MILANI
E-MAIL : KARIN.MILANI@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : RUA JOAO BATISTA CARCERERI, 212 PILARZINHO
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 82120-180
CARGO : CHEFE DO SETOR FINANCEIRO (SOFIN)
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
05/Mar/2008 P-CORE-108 05/Mar/2008 A 06/Jul/2008
17/Jul/2008 A 23/Ago/2008
31/Ago/2008 A 05/Out/2008
16/Out/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
07/Mar/2008

=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 139.146.932-15 - MAIRA SALETE GEMELLI
E-MAIL :
ENDERECO : TRAVESSA FREI CANECA, 55 - AP 03 MAIRA.GEMELLI@FUNASA.GOV.BR
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80020-060
CARGO : RESP. PELA CONFORMIDADE DE REG GESTAO - SUBST
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
05/Mar/2008 PTCOREPR 108 07/Jul/2008 A 16/Jul/2008
24/Ago/2008 A 30/Ago/2008
06/Out/2008 A 15/Out/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 022.799.029-31 - VINICIUS REATJ PARANA
E-MAIL : VINICIUS.PARANA@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : R ENG ROBERTO GUILHERME PEREIRA 101 - BOM RETIRO
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80820-220
CARGO : COORDENADOR REGIONAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
05/Abr/2004 PT PRE 495 21/Jan/2008 A 06/Fev/2008
09/Fev/2008 A 11/Fev/2008
16/Fev/2008 A 03/Mar/2008
05/Mar/2008 A 17/Mar/2008
20/Mar/2008 A 21/Mar/2008
23/Mar/2008 A 26/Mar/2008
29/Mar/2008 A 30/Mar/2008
03/Abr/2008 A 03/Abr/2008
06/Abr/2008 A 07/Abr/2008
12/Abr/2008 A 13/Abr/2008
16/Abr/2008 A 17/Abr/2008
19/Abr/2008 A 23/Abr/2008
26/Abr/2008 A 11/Mai/2008
16/Mai/2008 A 18/Mai/2008
22/Mai/2008 A 02/Jun/2008
05/Jun/2008 A 10/Jun/2008
13/Jun/2008 A 03/Ago/2008

=====Continua...
J.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 13/02/2009
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 002
CG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2008
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Continuacao...=====

	08/Ago/2008 A 17/Ago/2008
	21/Ago/2008 A 08/Set/2008
	11/Set/2008 A 17/Set/2008
	20/Set/2008 A 20/Set/2008
	26/Set/2008 A 05/Out/2008
	11/Out/2008 A 14/Out/2008
	18/Out/2008 A 19/Out/2008
	30/Out/2008 A 02/Nov/2008
	07/Nov/2008 A 10/Nov/2008
	13/Nov/2008 A 23/Nov/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 873.870.779-91 - MIGUEL LUCIANO BITTENCOURT PACHECO
E-MAIL : MIGUEL.PACHECO@FUNASA.GOV.BR
ENDereco : RUA DESEMBARGADOR MOTTA 2768 APARTAMENTO 31 CENTRO CURITIBA
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80430-200
C() : COORDENADOR REGIONAL SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
18/Nov/2005 FT PRE 575

	01/Jan/2008 A 20/Jan/2008
	07/Fev/2008 A 08/Fev/2008
	12/Fev/2008 A 15/Fev/2008
	04/Mar/2008 A 04/Mar/2008
	18/Mar/2008 A 19/Mar/2008
	22/Mar/2008 A 22/Mar/2008
	27/Mar/2008 A 28/Mar/2008
	30/Mar/2008 A 31/Mar/2008
	01/Abr/2008 A 02/Abr/2008
	04/Abr/2008 A 05/Abr/2008
	08/Abr/2008 A 11/Abr/2008
	14/Abr/2008 A 15/Abr/2008
	18/Abr/2008 A 18/Abr/2008
	24/Abr/2008 A 25/Abr/2008
	12/Mai/2008 A 15/Mai/2008
	19/Mai/2008 A 21/Mai/2008
	03/Jun/2008 A 04/Jun/2008
	11/Jun/2008 A 12/Jun/2008
	04/Ago/2008 A 07/Ago/2008
	18/Ago/2008 A 20/Ago/2008
	09/Set/2008 A 10/Set/2008
	18/Set/2008 A 19/Set/2008
	21/Set/2008 A 25/Set/2008
	06/Out/2008 A 10/Out/2008
	15/Out/2008 A 17/Out/2008
	20/Out/2008 A 29/Out/2008
	03/Nov/2008 A 06/Nov/2008
	11/Nov/2008 A 12/Nov/2008
	24/Nov/2008 A 25/Nov/2008
	26/Nov/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

-----Continua...
[Handwritten signature]



STAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 13/02/2009
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 003
UG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2008
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Continuacao...=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO ORCAMENTARIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 139.146.932-15 - MAIRA SALETE GEMELLI
E-MAIL : MAIRA.SALETE@FUNASA.GOV.BR
ENDEREÇO : TRAVESSA FREI CANECA, 55 - AP 03 MAIRA.GEMELLI@FUNASA.GOV.BR
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80020-060
CARGO : CHEFE DO SOORC

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
17/Out/2007	P-PRE-1142			01/Jan/2008 A 13/Jan/2008 02/Fev/2008 A 25/Mai/2008 31/Mai/2008 A 15/Jun/2008 21/Jun/2008 A 20/Jul/2008 01/Ago/2008 A 30/Nov/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
18/Out/2007

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 308.695.799-91 - IOSMAR BRAGA
E-MAIL : IOSMAR.BRAGA@FUNASA.GOV.BR
ENDEREÇO : RUA ALGACIR MUNHOZ MADER, 2560 BL. 02 AP.32 - C. RASO
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 81310-020
CARGO : SUBSTITUTO DO SETOR ORCAMENTARIO

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
17/Ago/2004	PR-PRE-390			14/Jan/2008 A 01/Fev/2008 21/Jul/2008 A 31/Jul/2008 26/Mai/2008 A 30/Mai/2008 16/Jun/2008 A 20/Jun/2008 01/Dez/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 402.324.419-87 - MARIA DAS GRACAS RODRIGUES SILVA
E-MAIL : MARTA.GSILVA@FUNASA.GOV.BR
ENDEREÇO : RUA ANGELO SAMPATO NR. 2125 BIGORRILHO CURITIBA/PR
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80730-460
CARGO : CHEFE DA SECAO DE EXECUCAO ORCAMENTARIA FINAN

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
17/Out/2007	P-PRE-1139			12/Jan/2008 A 10/Fev/2008 02/Mar/2008 A 03/Ago/2008 10/Ago/2008 A 31/Ago/2008 07/Set/2008 A 14/Set/2008 21/Set/2008 A 19/Out/2008 26/Out/2008 A 28/Out/2008 01/Nov/2008 A 03/Nov/2008 09/Nov/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
18/Out/2007

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 139.146.932-15 - MAIRA SALETE GEMELLI
E-MAIL : MAIRA.SALETE@FUNASA.GOV.BR

=====Continua...



SIATFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 13/02/2009
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 004
UG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2008
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Continuacao.....

ENDERECO : TRAVESSA FREI CANECA, 55 - AP 03 MAIRA.GEMELLI@FUNASA.GOV.BR
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80020-060

CARGO : SUBSTITUTA DA SAEOF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
07/Nov/2007 P-PRE-1345 01/Jan/2008 A 11/Jan/2008
11/Fev/2008 A 01/Mar/2008
04/Ago/2008 A 09/Ago/2008
01/Set/2008 A 06/Set/2008
15/Set/2008 A 20/Set/2008
20/Out/2008 A 25/Out/2008
28/Out/2008 A 30/Out/2008
03/Nov/2008 A 08/Nov/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
09/Nov/2007

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 184.435.321-49 - EVANICE CAMARGO CARDOSO
E-MAIL : EVANICE.CARDOSO@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : COND.JARDIM EUROPA II CONJ.O LOTE21-GRANDE COLORADO-SOBRADINHO
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 73070-044

CARGO : CHEFE DO SERVICO DE CONTABILIDADE/PRESIDENCIA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
09/Jan/2003 PORT.13 01/Jan/2008 A 18/Jan/2008
29/Jan/2008 A 05/Jul/2008
26/Jul/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 277.095.317-68 - HELVIO FRANZER DE MORAES
E-MAIL : HELVIO.MORAES@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : SQS 402 BL.M APT.202 BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70236-130

CARGO : SUBST. CHEFE SERV.CONTABILIDADE/PRESIDENCIA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
10/Jul/2003 PORT.403 19/Jan/2008 A 28/Jan/2008
06/Jul/2008 A 25/Jul/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 302.200.099-53 - RUTE MARA KOSAK TRAYDE
E-MAIL :
ENDERECO : RUA PROFESSOR OSCAR KOLBE Nº 78 VILA LINDOIA - CURITIBA/PR
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 81010-240

CARGO : CHEFE DO SOMAT - TITULAR
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
13/Mai/2004 P-PRE-209 01/Jan/2008 A 21/Jan/2008
31/Jan/2008 A 04/Mai/2008
25/Mai/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

Continua.....



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 13/02/2009
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 005
OG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2008
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Continuacao...

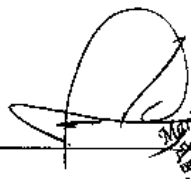
14/Mai/2004

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPNS PELA GESTAO DO PATRIMONIO-BENS MOVEIS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 257.926.011-00 - PAULO AFONSO NEVES SILVEIRA
E-MAIL :
ENDEREÇO : RUA PROF. JOSE NOGUEIRA SANTOS 1926 VILA HAUER
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 81630-120
CARGO : CHEFE DO SOPAT - TITULAR
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Abr/2005 P-PRE-189 01/Jan/2008 A 06/Fev/2008
08/Fev/2008 A 05/Mar/2008
20/Mar/2008 A 03/Jul/2008
19/Jul/2008 A 31/Dez/2008

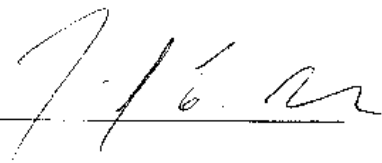
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
15/Abr/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
NOME : 535.877.239-15 - MIRCA MORVA LONGONI
E-MAIL : MIRCA.LONGONI@FUNASA.GOV.BR
ENDEREÇO : RUA SANITO ROCHA, 261 CRISTO REI
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80000-000
CARGO : CHEFE DO SOPAT - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
02/Mar/2007 P-PRE-142 31/Jul/2008 P-PRE-849 07/Fev/2008 A 07/Fev/2008
06/Mar/2008 A 19/Mar/2008
04/Jul/2008 A 18/Jul/2008

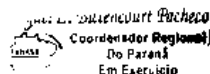
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
02/Mar/2007 01/Ago/2008


Maria das Graças R. Silva
Chefe da SAEGF
CORE/PR

ENCARREGADO DO SETOR



DIRIGENTE DA UNIDADE


Coordenador Regional
Do Paraná
Em Exercício



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO II

A – RELATÓRIO DE GESTÃO



1 INFORMAÇÕES GERAIS

Nome Completo da Unidade e Sigla	Fundação Nacional de Saúde – Funasa Coordenação Regional do Paraná – CORE-PR
CNPJ	26.989.350/0023-21
Natureza Jurídica	Autarquias e fundações do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério da Saúde
Endereço completo da sede	Rua Cândido Lopes 208 - Centro – CEP 80.020-060
Endereço da página institucional na internet	www.funasa.gov.br
1 Normativos de criação e finalidade da unidade, normas que estabelecem a estrutura orgânica da gestão sob exame; Regimento Interno ou Estatuto da Unidade de que trata o Relatório de Gestão.	<p>a) Normativo de criação: Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, publicado no D.O.U. de 17.4.1991 e retificado no D.O.U de 19.4.1991.</p> <p>b) Finalidade: Dec. 100/91 - art. 2º: A FUNASA tem por finalidade promover e executar ações e serviços de saúde pública, e especialmente:</p> <p>I - implementar atividades para o controle de doenças e de outros agravos à saúde;</p> <p>II - desenvolver ações e serviços de saneamento básico em áreas rurais;</p> <p>III - realizar, de forma sistemática, estudos e pesquisas e análises de situações de saúde e suas tendências;</p> <p>IV - apoiar a implementação e operacionalização de sistema e serviços locais de saúde e saneamento;</p> <p>V - operar, em áreas estratégicas e de fronteiras, atividades, sistemas e serviços específicos de saúde;</p> <p>VI - coletar, processar e divulgar informações sobre saúde.</p> <p>c) Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Decreto nº 100, de 16, de abril de 1991.</p> <p>d) Regimento Interno: Portaria MS nº 1.776, de 8 de Setembro de 2003. Alterado temporariamente pela portaria nº 780, publicada no BS nº 21 Funasa 26/05/2006. Alterado pela portaria nº 1.810 GM/MS, publicada DOU 4/08/2006, Seção I, pág. 57. Alterado pela portaria nº 2.467 GM/MS, publicada DOU16/10/2006, Seção I, pág. 57. Alterado pela portaria nº 1133, publicado no BS nº 42 Funasa, 19/10/2007. Alterado pela portaria nº 612, publicada no BS nº 22 Funasa, 30/05/2008. Alterado pela portaria nº 1197, publicado no BS 43, Funasa, 24/10/2008. Alterado pela Portaria nº 2962 GM/MS, publicada no DOU 10/12/2008, seção I, p.56.</p>
Código da UJ Titular do Relatório	255000
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em Funcionamento
Função de Governo Predominante	Saúde
Tipo de Atividade	Promoção à Saúde Indígena e Saneamento Básico
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome: Fundação Nacional de Saúde - Código: 255016-36211



2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão por meio de ações de saneamento. A **Funasa** é também a instituição responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são feitas ainda com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

A Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas ganha, neste governo, o diferencial do fortalecimento do controle social como eixo fundamental para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas.

Os objetivos estratégicos estabelecidos como vértices para o atingimento da missão institucional são:

Saneamento Ambiental

Até 2015

1. Atuar como agente de fomento ao desenvolvimento tecnológico e de recursos humanos, para prestação de serviços de saneamento ambiental no país;
2. Universalizar o acesso aos serviços de saneamento junto às populações indígenas e áreas de interesse especial;
3. Ampliar a oferta dos serviços de saneamento ambiental nos municípios de pequeno e médio porte, de modo a alcançar as metas do milênio em saneamento;
4. Viabilizar novas fontes de recursos nacionais e internacionais, para financiamento das ações de saneamento desenvolvidas pela **Funasa**;
5. Tornar a **Funasa** o agente executor nacional de saneamento ambiental;

Saúde Indígena

2008

6. Monitorar a atenção à saúde indígena com retorno às comunidades;
7. Fortalecer a capacidade institucional em saúde indígena;



Até 2015

8. Alcançar indicadores de saúde da população indígena compatíveis aos da população não indígena;
9. Consolidar o controle social no subsistema de atenção à saúde indígena;

Gestão

Até 2015

10. Implantar Política de Gestão da Informação;
11. Implantar a Política de Gestão de Recursos Humanos do sistema **Funasa**;
12. Implantar o novo modelo de gestão;
13. Implantar Política de adequação predial e melhoria das condições de trabalho para o Sistema **Funasa**.

A missão institucional é “Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”.

Fixadas estas premissas a Coordenação Regional do Paraná por meio das suas áreas finalísticas, quais sejam: Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Distrito Sanitário Especial Indígena, contando com o apoio das equipes de gestão vêm direcionando suas ações para o cumprimento destes objetivos, cujos programas e resultados encontram-se detalhados no item programas e projetos.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As prioridades definidas pela Coordenação Regional do Paraná no exercício de 2008 na área de Engenharia de Saúde Pública estiveram voltadas ao desenvolvimento de ações de saneamento a partir de critérios epidemiológicos e ambientais para prevenção e controle de doenças, prioritariamente, em municípios com população de até 50 mil habitantes, em consonância com as diretrizes fixadas pela Presidência da Funasa. Essas ações consistem nos seguintes programas: sistemas de abastecimento de água, saneamento básico, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de tratamento e



destinação de resíduos sólidos, construção de melhorias sanitárias domiciliares, e saneamento em áreas indígenas, dentre outros.

Na execução desses programas a Divisão de Engenharia contou com 8 (oito) engenheiros, sendo 6 (seis) consultores externos, contratados pela Unesco e 2 (dois) engenheiros do quadro permanente da instituição.

Com o término do contrato com a Unesco, gerenciado pela Presidência da Funasa, as atividades de análise, aprovação e fiscalização dos convênios sofreram uma queda abrupta. Durante a permanência destes profissionais a média de acompanhamentos de convênios era de aproximadamente 40/por mês, após o término do convênio reduziu para menos de 2/por mês, ocasionando por conta dessa deficiência o sobrestamento de aproximadamente 80 (oitenta) processos de prestações de contas.

A previsão para o exercício de 2009 é analisar e acompanhar aproximadamente 115 convênios de 2007 e 125 convênios de 2008, além de cerca de 200 outros convênios, relativos aos anos anteriores.

A preocupação, portanto está em dotar a Divisão de Engenharia de uma infraestrutura eficiente, capaz de atender a demanda prevista, incluindo engenheiros em quantidade suficiente, técnicos de saneamento e pessoal de apoio administrativo.

O ano de 2008 foi um ano particularmente atípico para o DSEI do Paraná. Além de ser um ano eleitoral tendo como consequência a mudança de gestores municipais, o planejamento de uma (re)pactuação com os municípios onde se localizam as áreas indígenas, nos deparamos com algumas dificuldades que interferiram na gestão da saúde indígena.

Mudanças constantes na gestão do distrito; atraso no repasse do recurso acarretando atraso salarial dos profissionais contratados durante 03 meses, dentre outras consequências; invasão dos indígenas na sede da Coordenação Regional do Paraná; falta de veículo para deslocamento dos técnicos, deficiências de recursos humanos foram algumas das intercorrências confrontadas.

No final do exercício, foi realizada terceirização da frota e autorização para contratação de motoristas que sanou a falta de viaturas que, sem dúvida, foi fator determinante para o não alcance da meta pactuada referente às supervisões em áreas indígenas.

Frente ao exposto, destacamos algumas metas pactuadas alcançadas no decorrer do referido exercício: alcance das metas pactuadas em exames de prevenção de câncer



de colo de útero (PCCU) em mulheres em idade fértil; número de consultas de pré-natal por gestante; tratamento e acompanhamentos de todos os casos diagnosticados de tuberculose; número de pessoas com esquema vacinal completo; gestantes e menores de cinco anos com acompanhamento nutricional; prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e acompanhamento dos casos soropositivos; diagnóstico situacional e suporte técnico em saúde mental; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento dos menores de 01 ano; incentivo ao aleitamento materno; vigilância epidemiológica na área de risco para malária, bem como acompanhamento e tratamento de todos os casos diagnosticados; criação do comitê para investigação de óbitos de crianças indígenas menores de 01 ano, dentre outros.

Ressaltamos ainda, parcerias fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos como ainda a intersetorialidade com outras instâncias governamentais, como podemos citar dentre elas, o CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Pastoral da Criança, FUNAI – Fundação Nacional do Índio, Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Regionais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Itaipu Binacional, Ministério Público Estadual, dentre outros parceiros.

Apesar destas e de tantas outras dificuldades, vale ressaltar que houve um enorme empenho e esforço de todos os profissionais envolvidos com a saúde indígena a fim de não prejudicar as ações destinadas à promoção e recuperação da saúde destes povos.

Na área de gestão a maior dificuldade enfrentada diz respeito à falta de servidores compondo o quadro efetivo da instituição. A contratação de pessoal administrativo, por meio do contrato de terceirização, minimizou os efeitos da carência de servidores, porém a rotatividade desse pessoal, ocasionado, principalmente, pelos baixos salários, faz com que esse tipo de contratação não seja a solução mais viável para o Serviço Público.

A limitação orçamentária aliada à intempestividade na descentralização de créditos orçamentários fez com que despesas importantes deixassem de ser realizadas, dentre elas as obras de reforma predial e a licitação para manutenção de veículos.

O prédio sede da Coordenação Regional tem aproximadamente 60 anos e precisa urgentemente de reforma nos banheiros, copas, tubulações de água e esgoto, etc.

Não obstante, a carência de servidores e as limitações orçamentárias, alguns pontos positivos podem ser destacados, dentre eles o início das obras de recuperação das



paredes externas do prédio sede da Coordenação, a contratação de veículos e motoristas, suprimindo importante demanda das áreas finalísticas, licitações concluídas com sucesso para construção de 4 (quatro) pólos bases, telefonia fixa, obras de saneamento nas áreas indígenas, aquisições de materiais de expediente para abastecer o almoxarifado, retirada de BHC no escritório de Maringá.

Boa parte do parque computacional também foi modernizada com o recebimento de computadores, fotocopiadoras e impressoras adquiridos pela Presidência da Funasa.

Com a utilização do Sistema de Registro de Preços pode-se reduzir significativamente as dispensas de licitações e a concessão de suprimentos de fundos.

Em 2008 também se passou a utilizar o Cartão Corporativo, bem como foram estendidos aos Pólos Base, Casai e Setor de transportes o acesso à internet.

Com relação às políticas de pessoal a Divisão de Recursos Humanos se concentrou em ações de desenvolvimento de Pessoas na Consolidação da Missão Institucional, procurando focar os pontos principais da Gestão de Pessoas e sua interface com as ações de Recursos Humanos.

Essa importante visão focada na valorização do servidor parte da premissa descrita na diretriz IV da missão Institucional, quando propõe “Estabelecer uma política de gestão de pessoas com valorização e qualificação permanente voltada à especificidade da Funasa”.

Trata-se, na verdade, de um desafio colocar em prática as diretrizes da política nacional de desenvolvimento de pessoal, pois as deficiências estruturais, ainda se apresentam como empecilho a ser transposto. Dentre os principais empecilhos, pode-se citar: a indefinição política quanto aos rumos da instituição, causando instabilidade no corpo funcional e dificultando o comprometimento dos servidores com a gestão, baixos salários e o reduzido quadro de servidores efetivos.

Não obstante, a conjuntura político-institucional não se mostrar, na prática, direcionada para atender o apelo dos servidores, tem-se gradativamente, conforme a disponibilidade orçamentária, capacitado os servidores para atuarem de acordo com as políticas e as diretrizes de desenvolvimento de pessoal, cujo enfoque é a gestão por competências, preconizados no Decreto nº 5.707/2006.



Em 2008 servidores foram capacitados para atuar na fiscalização dos contratos administrativos, Sistema de Controle de Passagens e Diárias, Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), informática, compras, pregão, entre outros.

Considera-se, por fim, que os resultados positivos, nas áreas de saneamento ambiental, saúde indígena e gestão administrativa são fruto do trabalho dos servidores que dignificam a instituição, apesar das dificuldades.

2.3 PROGRAMAS

2.3.1 Programa 1287 - Saneamento Rural

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Forte
Gerente executivo	Jose Raimundo Machado dos Santos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	VINÍCIUS REALI PARANÁ
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas indígenas (%)
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

2.3.1.1 Avaliação Geral da Ação 2272

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.



Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidades Executoras	Coordenação Regional
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução da ação	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Geraldo Castro Corrêa Júnior)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	-0-	-0-
339036	-0-	-0-
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Não há .

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	-0-	-0-
339033	-0-	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nestas naturezas conforme descrito na ação.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Os materiais disponibilizados à Divisão de Engenharia pelo Setor de Material da Coordenação têm sido suficientes ao desenvolvimento de todas as ações sob responsabilidade desta área.	Para a constituição de um centro de custos na Divisão será necessário adquirir equipamentos de informática e ampliar o espaço físico existente.



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar) 2 servidores do quadro permanente da FUNASA; 1 funcionário terceirizado
---	--

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

A Divisão de Engenharia possui uma equipe de apoio administrativo que carece de treinamento e atualização, principalmente no que se refere às atividades inerentes a um centro de custo.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Para esta ação não foram realizadas parcerias.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	-0-
FÍSICA	-0-	-0-	-0-

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não foram fixadas metas para esta ação, em razão da ausência de instrumentos metodológicos que norteassem o estabelecimento de um centro de custos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Buscar junto ao Setor de Capacitação da Coordenação a aprovação de treinamentos que possibilitem ao pessoal de apoio da Divisão estabelecer em conjunto com os técnicos um centro de custos.



2.3.1.2 Avaliação Geral da Ação 4641

Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IV - Art.13.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO
	R\$	R\$
339030	-0-	-0-
339036	-0-	-0-
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-
Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.		
As ações realizadas pela ASCOM/FUNASA/CORE/PR foram feitas com créditos orçamentários da Presidência da FUNASA, situação esta que impediu e/ou dificultou o desenvolvimentos das atividades de acordo com a necessidade da regional.		



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	3.743,12	3.743,12
339033	-0-	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

As passagens aéreas foram disponibilizadas pela FUNASA/PRESIDÊNCIA.

Todas as despesas com diárias e passagens destinadas ao setor durante o exercício foram necessárias e suficientes para atender as demandas durante o cumprimento das ações realizadas pela assessoria de comunicação. O que deverá ser trabalhado para os próximos exercícios é a disponibilidade para a emissão de passagens que devido a não emissão dos bilhetes não foram possíveis a participação em importantes compromissos em que o trabalho da Assessoria de Comunicação era imprescindível. Os motivos para os deslocamentos durante o exercício surgiram das seguintes necessidades:

- Acompanhamento e assessoramento ao Coordenador Regional durante reuniões realizadas nas áreas indígenas e municípios conveniados com a Fundação Nacional de Saúde no Estado.
- Inaugurações, lançamento de campanhas de saúde e reuniões com lideranças indígenas nas áreas indígenas do Estado;
- Atendimento a veículos de comunicação do Estado em relação às ações desenvolvidas pela Coordenação Regional do Paraná.
- Responsabilidade pela organização, cerimonial, recepção, confecção de convites e atendimento a imprensa em eventos sediados pela CORE-PR, tanto na área de saneamento básico quanto na área de saúde indígena.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Os materiais de expediente disponibilizados à Assessoria foram suficientes à realização da ação.	Não houve recurso destinado para investimento de equipamentos de informática (Computadores, Programas voltados para área de comunicação) e também equipamentos essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela assessoria de comunicação, como uma máquina fotográfica profissional, filmadora, impressora em alta definição. Além disso, em relação à infraestrutura não tinha um espaço adequado para leitura diária de jornais.



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	A ASCOM/PR é integrada por um Assessor (DAS 101.1); 2 estagiários de nível superior; 2 estagiários de nível médio.
--	--

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

Ressente-se a Assessoria de Comunicação de capacitação técnica para os profissionais que atuam na área, tais como: cursos, encontros, palestras, bem como infraestrutura deficitária e falta de profissionais para atender todas as ações exigidas no papel da instituição.

Os treinamentos previstos e solicitados no Plano Anual de capacitação não foram atendidos.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Não foram realizadas parcerias e contratações em prol da ação.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	-0-
FÍSICA	-0-	-0-	-0-

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não foram estabelecidas metas, porém as demandas surgidas foram totalmente executadas

Mesmo com a falta de infraestrutura e recursos humanos a Assessoria de Comunicação conquistou importantes avanços durante o exercício. Com um importante relacionamento com veículos de comunicação do Estado foram realizadas diversas inserções em jornais impressos, on-line, radiofônicos e televisivos que não trouxeram gastos nenhum para instituição. Além disso, a instituição obteve importantes participações em eventos externos e internos que contou com o apoio e assessoramento por parte desta assessoria.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

O trabalho realizado dentro do setor é positivo, porém a carência quantitativa de profissionais com formação específica dificulta o acompanhamento de todas as ações que são desenvolvidas na Coordenação.



2.3.1.3 Avaliação Geral da Ação 7684

Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Hélio Sanfelice)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	Obs. *	Obs. *
339036	Obs. *	8.913,70
339037	Obs. *	Obs. *
339039	Obs. *	Obs. *
449051	1.855.498,00	1.824.525,94
449052	30.000,00	13.230,00

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Observações:

1-) Obs.* : Embora tenham sido elaboradas as planilhas com as previsões de despesas para o custeio das atividades de operação e manutenção dos sistemas de saneamento e de controle da qualidade da água nas aldeias indígenas não houve a descentralização orçamentária dos recursos conforme programado nos Planos Internos específicos destas atividades. Além disso, nas poucas parcelas de recursos recebidos pela Core-PR nestes planos internos foram empenhados algumas despesas não relacionadas a esta ação.

2-) Com a insuficiência de recursos de custeio no plano interno específico da ação e a não obediência à rígida vinculação dos empenhos a cada ação, não houve possibilidade de adquirir os materiais de manutenção dos sistemas para a reposição dos estoques nos almoxarifados.

3-) O crédito orçamentário realizado na despesa 449051 refere-se ao valor empenhado. As obras serão iniciadas no exercício de 2009. Neste elemento de despesa os recursos atenderam totalmente as metas previstas.



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	Obs.*	82.655,96
339033	Obs.**	Obs.**

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Observações :

1-) Obs.* Para a natureza da despesa 339014 vale a observação 1 do item anterior. No entanto, o valor realizado ficou próximo do programado.

2-) Obs.** Na natureza de despesa 339033 nada foi realizado na Core, pois a aquisição de passagens foi centralizada na Presidência. Medida que trouxe enormes dificuldades e até mesmo impossibilitou algumas viagens devido a demora na emissão e disponibilização das passagens.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
<p>Os materiais de expediente na sede da Core-Pr foram disponibilizados em quantidade satisfatória e no tempo necessário. No entanto, para as unidades descentralizadas (Pólos Bases) há falta constante de materiais. Há enorme carência na aquisição e atualização dos “softwares” utilizados na área técnica.</p>	<p>Na sede da Core-Pr a infraestrutura física da DIESP atende razoavelmente as necessidades.</p> <p>É preciso atualizar o parque de equipamentos de informática (micros, impressoras e copiadoras)</p> <p>A maior deficiência está no setor de transporte, Pois não há veículos e motoristas em número, modelo e condições adequadas para a realização de viagens a serviço nas áreas indígenas.</p> <p>Nas unidades descentralizadas (Polos Base), onde estão os responsáveis diretos pelo acompanhamento e supervisão da operação e manutenção dos sistemas de saneamento nas aldeias, a estrutura é totalmente deficiente. Não há veículos no modelo e condições adequadas para todos os técnicos que realizam a supervisão dos serviços de saneamento nas áreas indígenas. As instalações físicas são inadequadas à ação. Em algumas não está disponível, ou limitado a uma máquina, impossibilitando o acesso à internet.</p> <p>Além disso, o número atual de 3 Polos Base não atende a necessidade de organização dos serviços, visto que deveriam ficar mais próximos das áreas indígenas. Para melhor desenvolver esta ação seria necessário implantar e/ou estruturar 7 unidades descentralizadas.</p>



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação A ação é desenvolvida integralmente por servidores do quadro efetivo.	<ul style="list-style-type: none">• 3 engenheiros, sendo 1 exclusivo nesta ação e 2 parcialmente envolvidos.• 10 técnicos de nível médio dedicados a ação e 2 parcialmente envolvidos.
Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006). A política de pessoal é totalmente desconexa com a atual missão institucional. O elevado número de servidores descentralizados para os estados e municípios onera, esconde e dificulta a valorização profissional, inclusive financeira, para os servidores que efetivamente respondem pelas ações do órgão. Os servidores de nível superior estão enquadrados entre as piores tabelas de remuneração do Executivo. Os servidores de nível médio que atuam na ação de saneamento em áreas indígenas foram selecionados entre aqueles que seriam descentralizados e treinados na nova atividade, porém não foram reenquadrados nos novos cargos. Por mais absurdo que possa parecer, ainda sofrem algum prejuízo financeiro em relação àqueles descentralizados.	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados No desenvolvimento da ação de saneamento em áreas indígenas ocorre frequentemente a parceria com o município no qual situa-se a terra indígena. São de fundamental importância para o regular funcionamento e a pronta recuperação dos sistemas de água nos caos de pane, os contratos de prestação de serviços contínuos para a manutenção eletromecânica nos quadros elétricos e bombas e para a manutenção de poços tubulares.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	2.836.800,00	1.929.325,60	68,00
FÍSICA	32 sistemas	0	0

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados No valor da previsão financeira estão computados os recursos programados para investimentos (obras e equipamentos) e também para o custeio da atividade. O recurso previsto para o custeio da atividade não foi disponibilizado, sendo apenas parcialmente atendido no Plano Interno específico e muitas despesas debitadas no projeto da administração geral da Core. O valor da execução se refere em grande parte apenas ao valor empenhado, sendo a execução física contratada para 2009. A previsão da meta física corresponde às obras de construção, reforma e ampliação dos sistemas de saneamento nas aldeias, que foram apenas contratadas em 2008. No entanto a outra meta física desta ação, com 100% de execução, que corresponde a atividade de operação, manutenção e controle da qualidade da água nos sistemas em funcionamento não foi quantificada.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas. Reestruturação total face a nova missão./ Presidência Adequação do quadro de recursos humanos para a nova estrutura./ Presidência Redistribuir para o MS os servidores cedidos para o SUS. / Presidência Estabelecer plano de cargos e salários para o novo quadro de servidores./ Presidência Criar, na nova estrutura, unidades descentralizadas próximas às áreas de atendimento, com apoio administrativo e um nível mínimo de autonomia contábil/financeira./ Presidência Adequar a infraestrutura de logística, especialmente das unidades descentralizadas, com veículos, materiais para manutenção, laboratórios de controle, etc. / Coordenação Planejamento estratégico, com Plano de Ação, metas e monitoramento de resultados dos programas. (Contrato de Gestão)/ Presidência.
--



2.3.1.4 Avaliação Geral da Ação 7656

Ação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Geraldo Castro)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	-0-	-0-
339036	-0-	-0-
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Não foram realizadas despesas nestes elementos de despesa.



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	1500,00	1500,00
339033	-0-	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação.

Os objetivos das viagens realizadas nesta ação visaram o levantamento das comunidades pré-selecionadas a receberem recursos do PAC. Foram 12 comunidades quilombolas e 15 assentamentos, conforme detalhamento a seguir:

COMUNIDADES QUILOMBOLAS/MUNICÍPIOS

1. Córrego das moças – Adrianópolis
2. Córrego Franco – Adrianópolis
3. João Surá – Adrianópolis
4. Porto Velho – Adrianópolis
5. Sete Barras – Adrianópolis
6. Limitão – Castro
7. Mamãs – Castro
8. Água Morna – Curiúva
9. Guajuvira – Curiúva
10. Paiol de Telha – Guarapuava
11. Rio Verde – Guaraqueçaba
12. Restinga – Lapa

ASSENTAMENTOS/MUNICÍPIOS

1. Fazenda Santana – Campo Bonito
2. Ilhéus – Cândói
3. Santa Luzia – Cantagalo
4. Santo Antonio – Goioxim
5. Passo Liso/Quinhão Doze – Laranjeiras do Sul
6. Ouro Verde – Marquinho
7. Conquista da União – Nova Laranjeiras
8. Faxinal dos Ribeiros – Pinhão
9. Celso Furtando – Quedas do Iguaçu
10. Rio Perdido – Quedas do Iguaçu
11. Fazenda Barreiros – Reserva do Iguaçu
12. Rodeio – Reserva do Iguaçu
13. Irene Alves dos Santos – Rio Bonito do Iguaçu
14. Marcos Freire – Rio Bonito do Iguaçu
15. Procopiak – Três Barras do Paraná

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Foram suficientes à ação.	A maior dificuldade enfrentada à realização da ação foi a falta de veículos com motorista.



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	<ul style="list-style-type: none">• 2 engenheiros, 1 topógrafo, 1 agente de saúde participaram do levantamento.• 4 engenheiros contratados.
--	--

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

A ação não exigiu treinamento específico dos servidores envolvidos.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Para que a ação não restasse prejudicada por falta de veículos e motoristas, buscou-se a parceria da SANEPAR que disponibilizou técnicos, veículos e motoristas. Os projetos de água e educação e mobilização social para os assentamentos e quilombos foram elaborados pela SANEPAR.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA			
FÍSICA			

A ação desenvolve-se por meio de Termos de Compromissos firmados diretamente com o Governo do Estado do Paraná.

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Para realização dos levantamentos previstos nos assentamentos e quilombos a grande dificuldade enfrentada foi a falta de veículos e motoristas, bem como de engenheiros em quantidade suficiente para atender a demanda.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

No final do exercício de 2008 firmou-se contrato de terceirização de veículos e motoristas, suprimindo a demanda logística, porém a quantidade de engenheiros continua insuficiente para dar continuidade a ação de forma satisfatória, pois os Termos de Compromissos firmados exigem supervisão constante.



2.3.2 Programa 8007

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Objetivos específicos	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Gerente executivo	Silvano Silvério da Costa
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	VINÍCIUS REALI PARANÁ
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de municípios com destino final adequado de resíduos sólidos (%)▪ Taxa de cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos (%)
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

2.3.2.1 Avaliação Geral da Ação 10GG

Ação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição	A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.



Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sônia de Paula Borba)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		Não tem
339036		* 39.722,00
339037		Não tem
339039		Não tem
449051		Não tem
449052		Não tem

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

O orçamento das despesas de custeio não está sendo descentralizado nos planos internos específicos de cada ação.

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		* 5.277,64
339033		Não tem

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

As passagens foram adquiridas em Brasília



RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Suficientes	<ul style="list-style-type: none">- deficiência no apoio logístico- computadores obsoletos- falta de impressoras

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar)
<p>Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).</p> <p>Não houve treinamento em 2008, devido a equipe reduzida e ao programa de capacitação não envolver consultores contratados pela UNESCO.</p>	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

<p>Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados</p> <p>Seria importantíssimo contratações e parcerias para o andamento das ações nos convênios pois com a equipe reduzida como foi, é praticamente impossível atender a demanda.</p>

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	
FÍSICA	-0-	-0-	30

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

<p>Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados</p> <p>Não existe uma estrutura formal no setor, no início do ano os convênios eram atendidos pelos consultores (6 engenheiros) que tiveram seus contratos encerrados e não foram recontratados, havendo um enorme acúmulo de projetos sem análise e obras sem visitas..</p> <p>Hoje 1 servidor atua exclusivamente nos convênios, 2 servidores atuam na ação de convênios juntamente com outras atribuições, e um consultor contratado no final do ano pela OPAS.</p> <p>Também houve falta de apoio logístico, porém sem a contratação de técnicos e estagiários de engenharia fica impossível cumprir as metas previstas.</p>

<p>Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.</p> <ul style="list-style-type: none">-contratar engenheiros e estagiários de nível superior para o desenvolvimento das ações- falta de apoio logístico



2.3.3 Programa: 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Gerente do programa	Leodegar da Cunha Tiscoski
Gerente executivo	Márcio Galvão Fonseca
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	VINÍCIUS REALI PARANÁ
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de cobertura dos serviços urbanos de abastecimento de água (%)▪ Taxa de cobertura dos serviços urbanos de coleta de esgoto (%)▪ Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (%)
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

2.3.3.1 Avaliação Geral da Ação 20 AF

Ação: 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando a melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição	Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sadi Coutinho Filho)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	-0-	39.121,00
339036	-0-	7.500,00
339037	-0-	-0-
339039	-0-	5.000,00
449051	-0-	-0-
449052	-0-	13.230,00

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

No final de 2008 foi concluída a construção do Centro de Referência em Saneamento Ambiental, em Maringá, com recursos empenhados no final de 2006, em convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, no valor de R\$ 2,0 milhões. Este centro contempla um laboratório de controle em saneamento ambiental.

No ano de 2007 foi assinado um Termo de Compromisso, no valor de R\$ 1.724.446,60, para aquisição de equipamentos para o referido laboratório, entretanto os recursos financeiros ainda não foram liberados.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	12.500,00	12.500,00
339033		

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

O responsável pela ação não inseriu comentários.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Sem comentários	Sem comentários

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	2 engenheiros, 1 químico, 10 técnicos de saneamento – nível médio.
Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).	
Situação de recursos humanos: - Carência de pessoal administrativo e técnico, em exercício na Instituição; - Distorções na força de trabalho. Técnicos com as mesmas atribuições e condições de salários diferenciadas. Contratos de consultoria gerando instabilidade no desenvolvimento das ações. - Depreciação da condição salarial ao longo dos anos, atualmente os mais baixos salários de nível superior, são do Serviço Público Federal.	



PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Importantes parcerias com os Consórcios Intermunicipais e os Serviços Municipais de Saneamento, no sentido de fortalecimento das autarquias autônomas municipais de saneamento.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	70.000,00	77.351,00	110%
FÍSICA	25 municípios	25 municípios	100%

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Dificuldades encontradas:

- Falta de logística para deslocamento de técnicos;
- Número reduzido de técnicos;
- Precária condição salarial.

Necessidade de ajustar a política de pessoal e a estrutura da FUNASA para o cumprimento de sua Missão institucional. Ressaltamos o esforço dos parceiros da FUNASA, bem como dos servidores envolvidos nesta ação, o que permitiu, em especial, a conclusão da obra do Centro de Referência em Saneamento Ambiental, o início das atividades da Unidade Móvel de Controle de Qualidade de Água (em áreas indígenas e no apoio a situação emergencial/enchentes, em Santa Catarina).



2.3.3.2 Avaliação Geral da Ação 20 AG

Ação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição	Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sadi Coutinho Filho)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		15.000,00
339036		15.248,00
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.		
No final de 2007 / 2008 foram disponibilizados recursos para os Municípios de: Ipirorã; Terra Rica e Sarandi, para a elaboração dos respectivos Planos Municipais de Saneamento. Outros 5 municípios estão com recursos empenhados para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, entretanto os recursos financeiros ainda não foram liberados.		



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		15.000,00
339033		5.000,00
Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação O técnico responsável pela ação não inseriu comentários.		

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Sem comentários	Sem comentários

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	4 engenheiros; 1 geólogo; 1 químico. 3 técnicos de saneamento nível médio
Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006). Situação de recursos humanos: <ul style="list-style-type: none">• Carência de pessoal administrativo e técnico, em exercício na Instituição;• Distorções na força de trabalho. Técnicos com as mesmas atribuições e condições de salários diferenciadas. Contratos de consultoria gerando instabilidade no desenvolvimento das ações trabalhos;• Depreciação da condição salarial ao longo dos anos, atualmente os mais baixos salários de nível superior, do Serviço Público Federal.	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados Importantes parcerias com os Consórcios Intermunicipais e os Serviços Municipais de Saneamento, no sentido de fortalecimento das autarquias autônomas municipais de saneamento.
--

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	50.000,00	50.000,00
FÍSICA	-0-	36 municípios	36 municípios



AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Dificuldades encontradas:

- Falta de logística para deslocamento de técnicos;
- Número reduzido de técnicos;
- Precária condição salarial.

Necessidade de ajustar a política de pessoal e a estrutura da FUNASA para o cumprimento de sua Missão institucional.

Ressaltamos o esforço dos parceiros da FUNASA, bem como dos servidores envolvidos nesta ação, o que permitiu, em especial, o desenvolvimento dos planos municipais de saneamento.

2.3.3.3 Avaliação Geral da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Geraldo Castro Corrêa Júnior)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	-0-	-0-
339036	-0-	-0-
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Não há na Divisão de Engenharia um centro de custos que possibilite o acompanhamento das despesas descritas na ação.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	-0-	-0-
339033	-0-	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nestas naturezas conforme descrito na ação.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Os materiais disponibilizados à Divisão de Engenharia pelo Setor de Material da Coordenação têm sido suficientes ao desenvolvimento de todas as ações sob responsabilidade desta área.	Para a constituição de um centro de custos na Divisão será necessário adquirir equipamentos de informática e ampliar o espaço físico existente.

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar) 2 servidores do quadro permanente da FUNASA; 1 funcionário terceirizado
---	--

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

A Divisão de Engenharia possui uma equipe de apoio administrativo que carece de treinamento e atualização, principalmente no que se refere às atividades inerentes a um centro de custo.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Para esta ação não foram realizadas parcerias.



METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	-0-
FÍSICA	-0-	-0-	-0-

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não foram fixadas metas para esta ação, em razão da ausência de instrumentos metodológicos que norteassem o estabelecimento de um centro de custos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Buscar junto ao Setor de Capacitação da Coordenação a aprovação de treinamentos que possibilitem ao pessoal de apoio da Divisão estabelecer em conjunto com os técnicos um centro de custos.



2.3.3.4 Avaliação Geral da Ação 6908

Ação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Equipe de Educação em Saúde – EDUSA (Tânia Margarete Piassa)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IV - Art.14.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	17.400,00	9.486,05 Restos a Pagar
339036	-----	-----
339037	-----	-----
339039	-----	-----
449051	-----	-----
449052	-----	-----

Recursos disponibilizados para realização das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social através da NC 003434 e NC1158 - Evento 300063 – PTRES – 005206 – FONTE- 0151000000 – ND -3390-14 e 3390-30 – PLANO INTERNO – EDUCAÇÃO, no valor total de **54.311,25**, sendo o valor de R\$ 36.911,25 na ND 3390-14 e o valor de R\$ 14.400,00 na ND 3390-30, onde o valor de R\$ 9.486,05 está em restos a Pagar. Os valores disponibilizados foram suficientes para a realização das ações educativas. Só não foi possível utilizar o saldo disponível em consequência da tramitação dos processos licitatórios.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	36.911,25	14.496,56
339033	-----	-----

Do total do valor de R\$ 14.496,56, o valor de R\$ 8.205,28 foram gastos com as ações de Educação em Saúde junto aos povos indígenas do Paraná, o valor de R\$ 6.291,28 foram gastos no acompanhamento e supervisão do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS, nos municípios conveniados junto a FUNASA, do período de 2003 a 2005. Do valor total gasto de R\$ 14.496,56, o valor de R\$10.447,16 foram utilizados dos recursos destinados à Educação, e o valor de R\$4.049,40 foram pagos com recursos da Diadm/Core, onde desconhecemos o porquê de tal procedimento. O valor disponibilizado foi suficiente, não houve cumprimento da meta estabelecida no plano anual, por falta de veículo para traslado dos técnicos da Educação em Saúde. O valor de R\$ 6.291,28 cobriu despesas com deslocamentos dos técnicos para realização de visita em 52 municípios conveniados.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Todo o material gasto foi adquirido no ano de 2007 com recursos recebidos da área de Saneamento Ambiental para o desenvolvimento das ações educativas.	A infraestrutura da Educação em Saúde da Coordenação do Paraná é precária, pois quando da execução das atividades educativas, não dispomos das ferramentas básicas, ou seja, não há máquina fotográfica, data show, telão, filmadora, nootebook. As ações são realizadas com ajuda das instituições parceiras.



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores	Tânia Margarete Piassa – Divulgadora Sainitária Jânia das Dores Viana Santana – Técnica em Assuntos Educacionais Marta Ferreira da Silva – Visitadora Sanitária Osmar Batista – Agente de Saúde Pública
Apesar da apresentação das necessidades de formação, capacitação, aprimoramento dos técnicos da Educação em Saúde ser constantes do PAC/2008 – Plano Anual de Capacitação da Divisão de Recursos Humanos, não houve participação dos técnicos em nenhum curso de capacitação voltado para o desenvolvimento das ações de Educação em Saúde.	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Não houve nenhuma contratação de pessoal para área de Educação em Saúde. A participação das parceiras foi de suma importância para o desenvolvimento das ações educativas. O ano de 2008 houve incremento de muitas parcerias, o que levou a resultados positivos em prol da saúde da população beneficiada através das ações de Saneamento Ambiental.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	92.515,00	10.447,16 executado e 9.486,05 Restos a Pagar	11,07%
FÍSICA	151 Acompanhamento de convênio	52	34,70

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

<p>Dos 151 Municípios conveniados junto a FUNASA no período de 2003 a 2005, 52 Municípios sofreram acompanhamento e supervisão pelos técnicos da Educação em Saúde, representando 34,70% de cobertura, não foi possível atingir a meta por falta de veículo para o traslado da equipe. Tal situação vem apontando grandes dificuldades para aprovação de contas parcial e final dos referidos convênios. Há casos que há aprovação só por meios da documentação comprobatória. Foi realizada pela equipe a aprovação do parecer técnico de 38 prestação de contas parcial e 26 prestação de contas final.</p> <p>Da meta para análise e aprovação dos projetos de Educação em Saúde estabelecida foi realizado 37.50% sendo: Analisado e aprovado no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC projetos que irão beneficiar 5 (cinco) Municípios contemplando 12 comunidades de quilombos, 698 famílias num total de 3.682 pessoas na ação de abastecimento de água. Analisados e aprovados 7 projetos do PAC envolvendo 6 (seis) Municípios, sendo 3 ações de Sistema de Abastecimento de Água, contemplando 19 localidades, os quais beneficiarão 2.034 famílias num total de 11.873 pessoas e 4 ações de Implantação de Módulo Sanitário Domiciliar, contemplando 41 localidades, as quais beneficiarão 440 famílias num total de 1.732 pessoas.</p> <p>Estão pendentes 4 municípios que estão em fase de entrega dos projetos devidamente assinados para serem aprovados. O saldo de 25 municípios está em fase de elaboração dos projetos de Educação em Saúde e aguardando aprovação do projeto técnico por parte do Diesp.</p> <p>Da meta estabelecida para análise e aprovação dos projetos de Educação em Saúde por via Convênio o resultado obtido foi de 67.30%, onde foram analisados e aprovados 41 projetos de Educação em Saúde de 35 municípios conveniados, sendo: 9 ações de Sistema de Abastecimento de Água, os quais beneficiarão 5.618 famílias num total de 14.567 pessoas de 20 localidades, 20 ações de Implantação de Módulo Sanitário Domiciliar, as quais beneficiarão 676 famílias num total de 27.790 pessoas de 65 localidades, 11 ações de Resíduos Sólidos, as quais beneficiarão 72.276 famílias num total</p>



260.796 pessoas, onde serão atendidas 100% da população da área urbana do 11 Municípios e 1 ação de Sistema de Esgotamento Sanitário o qual atenderá 759 famílias num total de 3.036 pessoas de 5 bairros da área urbana. O saldo de 23 Municípios os projetos estão em fase de orientações e elaboração.

Os fatores que mais contribuíram para não aprovação de 100% dos projetos foi devido: 1º o ano de 2008 ser um ano de eleições municipais, portanto, com mudanças de gestores; 2º Quadro de pessoal da Educação em Saúde reduzido; 3º A Educação em Saúde procura trabalhar concomitante com as análises e aprovações dos projetos de acordo com caminhar do Diesp e 4º Os projetos –PESMS não são constante do Siscon, deixando a equipe de Educação em Saúde sem poder conhecer os municípios e ações que foram enquadradas a receberem os benefícios de Saneamento Ambiental.

Através de trabalho realizado junto aos gestores municipais, quando dos convênios de 2007 e 2008 na área de saneamento ambiental foram implantados 40 Núcleos de Educação em Saúde Municipal.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Dar condições de deslocamento da equipe/ Já resolvido pela Diadm/Core/PR.

2.3.3.5 Avaliação Geral da ação 7652

Ação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sônia de Paula Borba)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		Não tem
339036		* 39.722,00
339037		Não tem
339039		Não tem
449051		Não tem
449052		Não tem

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

O orçamento das despesas de custeio não está sendo descentralizado nos planos internos específicos de cada ação.

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		* 5.277,64
339033		Não tem

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

As passagens foram adquiridas em Brasília

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Suficientes	<ul style="list-style-type: none">- deficiência no apoio logístico- computadores obsoletos- falta de impressoras

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar)
---	------------

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).



Não houve treinamento em 2008, devido a equipe reduzida e ao programa de capacitação não envolver consultores contratados pela UNESCO.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Seria importantíssimo contratações e parcerias para o andamento das ações nos convênios pois com a equipe reduzida como foi, é praticamente impossível atender a demanda.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	
FÍSICA	-0-	-0-	30

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não existe uma estrutura formal no setor, no início do ano os convênios eram atendidos pelos consultores (6 engenheiros) que tiveram seus contratos encerrados e não foram recontratados, havendo um enorme acúmulo de projetos sem análise e obras sem visitas..

Hoje 1 servidor atua exclusivamente nos convênios, 2 servidores atuam na ação de convênios juntamente com outras atribuições, e um consultor contratado no final do ano pela OPAS.

Também houve falta de apoio logístico, porém sem a contratação de técnicos e estagiários de engenharia fica impossível cumprir as metas previstas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

- contratar engenheiros e estagiários de nível superior para o desenvolvimento das ações
- falta de apoio logístico



2.3.3.6 Avaliação Geral da Ação 10 GD

Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sônia de Paula Borba)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		Não tem
339036		* 39.722,00
339037		Não tem
339039		Não tem
449051		Não tem
449052		Não tem

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

O orçamento das despesas de custeio não está sendo descentralizado nos planos internos específicos de cada ação.

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		* 5.277,64
339033		Não tem

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

As passagens foram adquiridas em Brasília

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Suficientes	<ul style="list-style-type: none">- deficiência no apoio logístico- computadores obsoletos- falta de impressoras

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar)
<p>Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).</p> <p>Não houve treinamento em 2008, devido a equipe reduzida e ao programa de capacitação não envolver consultores contratados pela UNESCO.</p>	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados
Seria importantíssimo contratações e parcerias para o andamento das ações nos convênios pois com a equipe reduzida como foi, é praticamente impossível atender a demanda.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	
FÍSICA	-0-	-0-	30



AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não existe uma estrutura formal no setor, no início do ano os convênios eram atendidos pelos consultores (6 engenheiros) que tiveram seus contratos encerrados e não foram recontratados, havendo um enorme acúmulo de projetos sem análise e obras sem visitas..

Hoje 1 servidor atua exclusivamente nos convênios, 2 servidores atuam na ação de convênios juntamente com outras atribuições, e um consultor contratado no final do ano pela OPAS.

Também houve falta de apoio logístico, porém sem a contratação de técnicos e estagiários de engenharia fica impossível cumprir as metas previstas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

- contratar engenheiros e estagiários de nível superior para o desenvolvimento das ações
- falta de apoio logístico

2.3.3.7 Avaliação Geral da ação 10 GE

Ação: 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP (Sônia de Paula Borba)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		Não tem
339036		* 39.722,00
339037		Não tem
339039		Não tem
449051		Não tem
449052		Não tem

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

O orçamento das despesas de custeio não está sendo descentralizado nos planos internos específicos de cada ação.

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		* 5.277,64
339033		Não tem

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não temos como definir se o recurso disponibilizado foi suficiente pois a UNESCO encerrou o contrato no início do ano e as análises do PAC e visitas às obras estão todos atrasados em virtude da falta de técnicos.

* Os recursos são o montante relativo às obras de água, esgoto, msd e resíduos sólidos, pois uma mesma visita atende a todas as ações.

As passagens foram adquiridas em Brasília

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Suficientes	- deficiência no apoio logístico - computadores obsoletos - falta de impressoras

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar)
---	------------

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

Não houve treinamento em 2008, devido a equipe reduzida e ao programa de capacitação não envolver consultores contratados pela UNESCO.



PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Seria importantíssimo contratações e parcerias para o andamento das ações nos convênios pois com a equipe reduzida como foi, é praticamente impossível atender a demanda.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	
FÍSICA	-0-	-0-	30

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não existe uma estrutura formal no setor, no início do ano os convênios eram atendidos pelos consultores (6 engenheiros) que tiveram seus contratos encerrados e não foram recontratados, havendo um enorme acúmulo de projetos sem análise e obras sem visitas..

Hoje 1 servidor atua exclusivamente nos convênios, 2 servidores atuam na ação de convênios juntamente com outras atribuições, e um consultor contratado no final do ano pela OPAS.

Também houve falta de apoio logístico, porém sem a contratação de técnicos e estagiários de engenharia fica impossível cumprir as metas previstas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

-contratar engenheiros e estagiários de nível superior para o desenvolvimento das ações

- falta de apoio logístico



2.3.4 Programa: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Gerente executivo	Astrid Inês Schuster
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Vinícius Reali Paraná
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">▪ Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na população indígena (1/1000)▪ Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade (%)▪ Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na população indígena (1/100.000)▪ Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano (1/1000)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas – população total: 12.692

2.3.4.1 Avaliação Geral da Ação 2272

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional do Paraná
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI do Paraná
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	-0-	-0-
339036	-0-	-0-
339037	-0-	-0-
339039	-0-	-0-
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Não há no Distrito Sanitário um centro de custos que possibilite o acompanhamento das despesas descritas na ação.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	-0-	-0-
339033	-0-	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nestas naturezas conforme descrito na ação.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Os materiais disponibilizados ao DSEI pelo Setor de Material da Coordenação têm sido suficientes ao desenvolvimento de todas as ações sob responsabilidade desta área.	Para a constituição de um centro de custos na Divisão será necessário adquirir equipamentos de informática e ampliar o espaço físico existente.

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação	(Detalhar) 4 servidores do quadro permanente da FUNASA.
Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).	
A equipe de apoio administrativo do DSEI carece de treinamento e atualização, principalmente no que se refere às atividades inerentes a um centro de custo.	



PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Para esta ação não foram realizadas parcerias.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	-0-	-0-	-0-
FÍSICA	-0-	-0-	-0-

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Não foram fixadas metas para esta ação, em razão da ausência de instrumentos metodológicos que norteassem o estabelecimento de um centro de custos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Buscar junto ao Setor de Capacitação da Coordenação a aprovação de treinamentos que possibilitem ao pessoal de apoio do DSEI estabelecer em conjunto com os técnicos um centro de custos.



2.3.4.2 Avaliação Geral da Ação 8743

Ação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional do Paraná
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI do Paraná
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS AÇÕES

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	14.290,44	13.386,44
339036	3.870,30	2.596,76
339037	76.390,00	38.574,06
339039	893.834,86	388.157,14
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	33.040,01	33.040,01
339033	4.155,12	-

Alguns servidores tiveram problemas com relação ao depósito das diárias, que somente ocorreram depois que o servidor retornou da viagem.

As viagens realizadas na sua maioria tiveram como objetivo supervisões técnicas, reuniões, nos pólos, aldeias, secretarias municipais, Itaipu.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
No exercício 2008, o material de expediente atendeu às necessidades de maneira satisfatória.	A estrutura física do DSEI não está adequada. O processo para aquisição do mobiliário encontra-se na administração. Aguardamos que seja providenciado.



RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS (CARGO/ VÍNCULO)	LOTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• 02 enfermeiras contratadas pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 psicóloga contratada pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 pedagoga contratadas pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 02 farmacêuticas (20h cada) - contratadas pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 odontólogo contratado pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 02 enfermeiras – servidoras Funasa• 01 Assistente Social – servidora Funasa• 01 Auxiliares administrativos - contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 Chefe de logística - contratada pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 Agente de Serviços Complementares – servidor Funasa• 01 supervisor administrativo contratado pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)	<p>Lotados no Distrito Sanitário Especial Indígena do Paraná</p>
<ul style="list-style-type: none">• 03 enfermeiros contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 Assistente Social servidor Funasa• 02 auxiliares administrativos contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 03 auxiliares de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 02 técnicos de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 05 auxiliares de enfermagem servidores Funasa• 03 auxiliares de serviços gerais terceirizados (empresa Múltipla contrato nº 27/2006)• 01 Chefe da CASAI substituta servidora cedida do Ministério da Saúde	<p>Lotados na Casa de Apoio à Saúde do Índio – CASAI</p>
<ul style="list-style-type: none">• 01 Agente de saúde servidor da Funasa• 01 auxiliar de enfermagem contratado pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 enfermeiro contratado pela conveniada Reimer (SAS)• 01 enfermeiro servidor Funasa• 01 enfermeiro contratado pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 01 agente de saúde pública servidor Funasa• 01 médico servidor Funasa• 01 auxiliar administrativo cedido pela Prefeitura	<p>Lotados nos Pólos Base de Londrina, Guarapuava e Paranaguá</p>



<ul style="list-style-type: none">• 01 auxiliar de estatística servidor Funasa• 03 auxiliares de serviços gerais terceirizados pela empresa Múltipla• 01 técnico de enfermagem servidor Funasa• 01 odontólogo servidor Funasa• 02 pilotos de barco servidores Funasa• 01 supervisor indígena contratado pela Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 04 vigilantes terceirizados pela empresa Equipseg (contrato nº18/2008)	
<ul style="list-style-type: none">• 44 AIS contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 AIS contratado pela conveniada Confiance* (SAS)• 02 AIS contratados pela conveniada ADESMI** (SAS)• 03 AIS contratados pela conveniada APMI*** (SAS)• 08 AIS contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 03 AIS contratados pela Santa Casa**** (SAS)• 23 AISAN contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 02 AISAN contratados pela conveniada APMI (SAS)• 01 AISAN contratado pela conveniada Confiance (SAS)• 13 AISAN contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 03 AISAN contratados pela Santa Casa (SAS)• 01 ACD contratado pela Reimer (SAS)• 01 ACD contratado pela Santa Casa (SAS)• 01 agente de saúde servidor da Funasa• 01 auxiliar de serviços gerais contratado pela conveniada Reimer (SAS)• 01 auxiliar administrativo contratada pela conveniada Reimer (SAS)• 07 auxiliares de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 24 auxiliares de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 auxiliar de enfermagem contratado pela conveniada Confiance (SAS)• 01 auxiliar de enfermagem contratado pela conveniada ADESMI (SAS)• 01 auxiliar de enfermagem contratado pela Santa Casa (SAS)• 13 enfermeiros contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 enfermeiro contratado pela conveniada ADESMI (SAS)• 01 enfermeiro contratado pela conveniada APMI (SAS)• 01 enfermeiro contratado pela conveniada Confiance (SAS)• 01 enfermeiro contratado pela Santa Casa (SAS)• 01 médico contratado pela conveniada Confiance• 01 médico contratado pela conveniada ADESMI• 01 médico contratado pela conveniada APMI• 13 médicos contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 médico contratado pela conveniada Reimer (SAS + convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 03 médicos cedidos pela Prefeitura	<p style="text-align: center;">Lotados nas aldeias</p> <p>* Confiance – conveniada no município de Guaraqueçaba</p> <p>** ADESMI – conveniada no município de São Miguel do Iguaçu</p> <p>*** APMI – conveniada no município de Chopinzinho</p> <p>**** Santa Casa – convênio no município de Londrina</p>



<ul style="list-style-type: none">• 18 auxiliares de serviços gerais contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 auxiliar de serviços gerais contratado pela conveniada ADESMI• 01 auxiliar de serviços gerais contratado pela conveniada APMI• 01 auxiliar de serviços gerais contratados pela Santa Casa (SAS)• 01 auxiliar de serviços gerais cedido pela Prefeitura• 02 técnicos de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 02 técnicos de enfermagem contratados pela conveniada Reimer (convênio nº 2892/06 com aditivo até abril/2009)• 17 odontólogos contratados pela conveniada Reimer (SAS)• 01 odontólogo contratado pela conveniada Confiance (SAS)• 01 odontólogo contratado pela conveniada ADESMI (SAS)• 01 odontólogo contratado pela conveniada APMI (SAS)• 01 odontólogo contratado pela Santa Casa (SAS)• 01 piloto de barco pela conveniada Reimer (SAS)	
---	--

No exercício 2008 foi elaborado o Plano Anual de Capacitação - PAC contemplando os seguintes treinamentos: Oficina de Saúde Mental, Atualização em Tuberculose, DST / AIDS, Capacitação do Conselho Distrital de Saúde Indígena-CONDISI, Saúde Bucal e Implantação do SISVAN Indígena. Apesar de ter sido encaminhado em tempo hábil a solicitação, só foi liberado o recurso para Implantação do SISVAN Indígena, mesmo assim no final do ano não havendo tempo suficiente para a realização do mesmo.

Ainda em 2008, a Coordenação Estadual de Tuberculose ofereceu nos dias 2 e 3 de dezembro Curso de Capacitação em Quimioprofilaxia em Tuberculose e Co-infecção TB/ HIV, beneficiando 11 enfermeiras e 01 farmacêutica do DSEI do Paraná.

Participação da responsável pelo Programa de Saúde Mental no evento “Colóquio de Psicologia e Antropologia”, organizado pelo GT Psicologia e Povos indígenas realizado no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Os custos com diárias e deslocamento foram custeados pela conveniada Reimer.

Aspectos Positivos: Discussão da temática da saúde mental indígena troca de experiências com profissionais de outros Estados, participação de indígenas.

Aspectos Negativos: Tendo em vista a abrangência do tema, na opinião dos participantes e expositores, o tempo foi considerado curto para a discussão;



PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Todos os técnicos responsáveis por áreas programáticas no DSEI do Paraná atuam em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, as Regionais de Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde, FUNAI, Pastoral da Criança, dentre outros. O programa de saúde mental possui ainda parcerias com a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Assessoria para Assuntos Indígenas do Paraná, Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos, Polícia Federal, Senai, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Comunidades Indígenas.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	Não é possível calcular valores previstos para cada ação, tendo em vista que o recurso da gerência do DSEI não é dividido por ação e sim em um montante único onde o técnico ao deslocar-se à área supervisiona todas as ações realizadas pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena nas aldeias .		
FÍSICA	1	1	100%

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2008, não foram atingidas as metas estabelecidas para as supervisões nas áreas indígenas. O fator determinante para tal insucesso foi, a falta de viaturas para o deslocamento dos servidores e dos profissionais contratados, atraso no repasse do recurso / prestação de contas da conveniada Reimer, invasão dos indígenas na sede da Coordenação Regional do Paraná. Apesar de todos os empecilhos ocorridos no exercício de 2008, houve um enorme esforço tanto dos técnicos do DSEI bem como dos profissionais que atuam nas áreas indígenas para se manter o atendimento para esta população. Podemos citar como ponto positivo e exceção, programa DST / HIV – AIDS que atingiu 85% da meta estabelecida e o programa de imunização que iniciou a supervisão. Vale salientar que as responsáveis pelos referidos programas são servidoras e deslocaram-se em viatura oficial.

Para sanar tal insucesso, em dezembro de 2008 foi realizada terceirização da frota e autorizado a contratação de motoristas terceirizados.



2.3.4.3 Avaliação Geral da Ação 3869

Ação: 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.	
Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição	Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI - Paraná
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria M ¹ S n° 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS AÇÕES

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030		
339036		
339037		
339039		
449051		
449052	-	-
Não foi disponibilizado orçamento, nas naturezas indicadas, para essa ação.		

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014		
339033		
A ação não contempla despesas com diárias e passagens.		



RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Não se aplica	A infraestrutura existente foi suficiente ao desenvolvimento das ações relacionadas ao Programa Proteção e Promoção aos Povos Indígenas. Com a readequação física/ construção, reforma e ampliação dos postos de saúde, novos equipamentos/materiais deverão ser adquiridos, conforme relação anexa.

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS (CARGO/ VÍNCULO)	LOTAÇÃO
Não se aplica	Não se aplica

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Não foram realizadas parcerias e contratações.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FÍSICA	7	0	
FINANCEIRA	-0-	-0-	-0-

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Foram realizados levantamentos para verificar a situação dos postos , pólos e CASAI de forma a viabilizar as reformas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Não se aplica.



2.3.4.4 Avaliação Geral da Ação 6140

Ação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional do Paraná
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI do Paraná
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS AÇÕES

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	781,00	-0-
339036	1.978,92	-0-
339037	-	-0-
339039	15.980,00	-0-
449051	-	-0-
449052	-	-0-

Observações:

O orçamento não foi disponibilizado em tempo hábil (primeira quinzena de novembro) à realização de capacitação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro.



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	286,90	-0-
339033	7.950,00	-0-

O orçamento foi disponibilizado para o “Encontro Nacional das áreas técnicas de Alimentação e Nutrição e Assistência Farmacêutica para Capacitação no Programa Nacional de Suplementação de Ferro, em Terras Indígenas”. Três profissionais do DSEI do Paraná participaram. As despesas, porém foram custeados pela FUNASA/Presidência na modalidade “pacote”. O recurso, portanto, foi devolvido.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
O DESAI distribuiu 47 balanças digitais de chão, marca SECA para o Dsei Paraná. A quantidade foi suficiente para atender todas as aldeias, pólos e Casai. A distribuição das mesmas foi realizada aproveitando viagens dos servidores às áreas.	O mobiliário não é ergonomicamente adequado.

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Participação no Encontro Nacional das áreas técnicas de Alimentação e Nutrição e Assistência Farmacêutica para Capacitação no Programa Nacional de Suplementação de Ferro em Terras Indígenas. Período: 15 e 16/09/2008. Diárias e deslocamento custeado pelo Projeto Vigisus; Local: Recife – PE

Aspectos Positivos: Discussão e aprimoramento da agenda para implantação do PNSF nos Dseis, Proposta para Implantação do Programa no Dsei Paraná em parceria com a Assistência Farmacêutica, Redução de anemia e doenças vinculadas a deficiência do ferro em áreas indígenas.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

O programa de Vigilância Alimentar e Nutricional possui parcerias com a Secretaria de Estado da Saúde, Regionais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Pastoral da Criança, CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Ministério Público Estadual, dentre outros.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 26.976,82	0	0
FÍSICA	1	0	0



AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

A descentralização do recurso financeiro destinado à execução da Capacitação do Sisvan Indígena e do Programa Nacional de Suplementação do Ferro ocorreu no final do mês de novembro/2008, não havendo tempo hábil para os trâmites burocráticos necessários a fim de realizar a Capacitação;

Não houve supervisões nas áreas relacionadas à Vigilância Alimentar e Nutricional fato que se deve à falta de veículos, recurso para diárias dos profissionais terceirizados e à invasão de indígenas na sede da Coordenação Regional do Paraná.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas

Em dezembro de 2008 foi realizada terceirização da frota e autorizado a contratação de motoristas terceirizados
A previsão de Capacitação para Implantação do Sisvan Indígena e o Programa Nacional de Suplementação de Ferro é que ocorra no 1º semestre de 2009, com o recurso descentralizado pelo DESAI/Projeto Vigisus.



2.3.4.5 Avaliação Geral da Ação 8743

Ação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena/EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI - Paraná
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	2.000,00	558,38
339036	2.000,00	463,86
339037	-----	-----
339039	2.000,00	0
449051	-----	-----
449052	-----	-----

Os recursos destinados para realização das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, junto aos povos indígenas do Estado do Paraná, foram disponibilizados através da NOTA DE CRÉDITO nº 3618/2008, PLANO INTERNO: IPANEDUC, FONTE: 0151000000, PTRES: 021614, em 01 de agosto 2008, no valor total de **R\$ 21.037,50 e o valor gasto de R\$ 1.022,24.**

O valor disponibilizado foi suficiente para realização das ações educativas previstas para o período de agosto a dezembro de 2008. O referido recurso só foi disponibilizado em agosto, dado o entendimento do Desai da necessidade da elaboração do planejamento da Educação em Saúde ser específico aos povos indígenas. Desta forma, em julho de 2008 foi elaborada o referido planejamento, desmembrando, portanto, do planejamento geral da Educação em Saúde.

Não houve tempo hábil para execução dos recursos, por insucesso do processo licitatório para aquisição de bens e serviços. Foi atingida a meta prevista em 85%, pois foram utilizados recursos do Saneamento Ambiental, também destinados às ações de Educação em Saúde.

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	11.037,50	0
339033	4.000,00	0

Não foram realizados gastos nos elementos de despesas supracitados, pois as atividades educativas foram realizadas com recursos destinados à Educação em Saúde da área de Saneamento Ambiental, sendo o valor gasto no elemento de despesa 3390-14 foi de R\$ 8.205,28, gasto efetuado no pagamento de diárias aos técnicos que compõem o quadro da Educação em Saúde, para realização da aplicação do instrumento (questionário) por amostra nas Aldeias indígenas, servindo de subsídio para elaboração do projeto de Educação em Saúde, realização das Oficinas de Educação em Saúde nas Aldeias Araçá-I e Ivaí e, visita de monitoramento das ações educativas pactuadas nas Oficinas, os gastos foram otimizados e direcionados de acordo com as necessidade das áreas fins da Funasa.

Os deslocamentos tiveram resultados positivos, pois as oficinas resultaram em participação, compromisso e inserção da população indígena em todo o processo.



RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Todo o material gasto foi adquirido no ano de 2007 com recursos recebidos da área de Saneamento Ambiental para o desenvolvimento das ações educativas, foi possível trabalhar até outubro de 2008. A partir de novembro de 2008 não havia material em quantidade suficiente para execução de 5 (cinco) Oficinas de Educação em Saúde, previstas na programação anual, pois os processos de licitação estavam em tramitação.	A infraestrutura da Educação em Saúde da Coordenação do Paraná é precária, pois quando da execução das atividades educativas, não dispomos das ferramentas básicas, ou seja, não há máquina fotográfica, data show, telão, filmadora e notebook. As ações são realizadas com ajuda das instituições parceiras.

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores	Tânia Margarete Piassa – Divulgadora Sainitária Jânia das Dores Viana Santana – Técnica em Assuntos Educacionais Marta Ferreira da Silva – Visitadora Sanitária Osmar Batista – Agente de Saúde Pública
Apesar da apresentação das necessidades de formação, capacitação, aprimoramento dos técnicos da Educação em Saúde ser constantes do PAC/2008 – Plano Anual de Capacitação da Divisão de Recursos Humanos, não houve participação dos técnicos em nenhum curso de capacitação voltado para o desenvolvimento das ações de Educação em Saúde.	

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Não houve nenhuma contratação de pessoal para área de Educação em Saúde. A participação das parceiras foi de suma importância para o desenvolvimento das ações educativas. O ano de 2008 houve incremento de muitas parcerias, o que levou a resultados positivos em prol da saúde da população indígena.
--

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	21.037,50	1.022,24	4,90
FÍSICA	12 ALDEIAS	100	100

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

O número de 12 Aldeias corresponde a 100% das Aldeias programadas para o desenvolvimento das ações de Educação em Saúde, onde foram realizadas ações de: diagnóstico situacional, reuniões com caciques e lideranças, pactuações com as parceiras, elaboração dos projetos das Oficinas Educativas. Na questão da execução das Oficinas de Educação em Saúde, não foi possível realizar 5 (cinco) Oficinas, por conta da falta de veículos para o traslado da equipe da educação e, por falta de material de expediente, devido ao processo de licitação estar em tramitação, nesta ação, cujo estava prevista 7 Oficinas e só realizado 5 Oficina, atingiu-se 28,60% da meta prevista.
--

Medidas implementada e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas: <ul style="list-style-type: none">Existir quadro de pessoal suficiente para atender a demanda e cumprir Missão Institucional – A Implementar / Presidência;Agilidade na conclusão do processo licitatório – Diadm/Coordenação Regional;Garantia do transporte para equipe – Já implementada pela Diadm/Coordenação Regional;Cumprir programação do PAC /Plano Anual de Capacitação – A implementar pela Sacap/Direh/Coordenação Regional/Presidência.



2.3.5 Programa: 0016 - Gestão da Política de Saúde

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população
Objetivos específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas públicas setoriais a avaliação e controle dos programas na área de saúde.
Gerente do programa	Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli
Gerente executivo	Luiz Fernando Beskow
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sheila da Silva Rezende e Williames Pimentel de Oliveira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none">• Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde• Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde• Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional• Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde• Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.5.1 Avaliação Geral da Ação 4572

Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Williames de Oliveira Pimentel
Unidade Executora	Coordenação Regional
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Recursos Humanos - DIREH
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 87.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS À AÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339030	6.375,08	-0-
339036	10.750,00	-0-
339037	-0-	-0-
339039	36.875,00	19.772,98
449051	-0-	-0-
449052	-0-	-0-

Inserir comentários que demonstrem se o orçamento disponibilizado foi suficiente ao atingimento das metas previstas, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade.

Ação: Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e Requalificação

Não foram efetuados gastos com recursos disponibilizados no **Elemento de despesa 3390-30**, tendo em vista que os materiais utilizados em capacitações foram fornecidos pelo Setor de Material da CORE.

Em relação ao **Elemento de Despesa 339036**, verificou-se que para utilização deste recurso dependia de articulações com o Estado e/ou Município, sendo que não foram programadas ações de capacitação para colaborador eventual no ano de 2008, uma vez que não consta no PAC a capacitação para este tipo de colaborador.

Para o **Elemento de Despesa 339039**, demonstraremos abaixo o detalhamento da utilização dos recursos desta natureza
Capacitação: Meta Física - Meta Orçamentária -

. 38ª Assembléia Nacional da Assemae	01 Participação -	- R\$ 460,00 - (Tx Inscrição)
. Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos	10 Participações -	- R\$ 6.800,00 - (Tx Inscrição)
. Curso Capacit. Pedagógica p/Instr./Supervisor*	32 Participações	- R\$ 5.640,00 - (Contratação local)
. Capacitação e formação de pregoeiros e		
Sistema de Registro de Preços.01 Participação -	- R\$ 1.395,00 - (Tx Inscrição)
. II Congresso Brasileiro da SBDST /		
III Congresso Brasileiro de Aids.....	..01 Participação -	- R\$ 390,00 - (Tx Inscrição)
. Capacitação sobre Plano de Gerenciamento		
de resíduos sólidos (PGRS) ..	01 Participação -	- R\$ 310,00 - (Tx Inscrição)
. XVI Encontro Nacional de Perfuradores de Poços		
XV Congresso Brasil. de Águas Subterrâneas.	01 Participação -	- R\$ 450,00 - (Tx Inscrição)
. Curso Capacit. Pedagógica p/Instr./Supervisor **	21 Participações	R\$ 4.777,98 - (Contratação local)

Comentário(*) – Contratação de espaço físico feita através da modalidade de dispensa de licitação para a realização o Curso de Capacitação Pedagógica para Instrutor/Supervisor, ministrado pela Daniela Coimbra – Coordenadora da Coder, no qual 32 pessoas foram capacitadas no período de 22 a 27 de junho de 2008, sendo 04 pessoas da COREPR e 28 de outras Coordenações

Comentário (**) – Contratação realizada sob a modalidade de Pregão Eletrônico, seguindo a linha recomendada pelo Governo Federal, que busca mais celeridade e redução de custos operacionais nos processos administrativos de contratações de serviços. Inicialmente esta contratação estava prevista para o Curso de Reequilíbrio Econômico e Financeiro, mas foi cancelado por decisão conjunta entre as áreas envolvidas na organização do evento na Presidência e em articulação com o Instrutor, tendo em vista a demanda de cursos agendados por este junto a. Funasa e desse modo o contrato foi aproveitado (não havendo mudança do objeto) para a realização de mais um Curso de Capacitação Pedagógica para Instrutor/Supervisor, sendo capacitados 21 Servidores de outras Coordenações, no período de 24 a 29/11/2008.



DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS

NATUREZA DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DISPONIBILIZADO R\$	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO REALIZADO R\$
339014	66.472,02	16.482,42
339033	7.375,08	-0-

Contextualizar o consumo destes elementos de despesas em suporte à execução da ação

A baixa execução no Elemento de Despesa 3390-14 deve-se ao fato de que muitos servidores foram impedidos de participar de capacitações fora da sua cidade de origem, tendo em vista os vários problemas ocorridos na emissão de passagens aéreas. Outras vezes, as solicitações não chegaram em tempo hábil para serem autorizadas; outros fatores concorreram também, como a falta de interesse dos servidores; não liberação da Chefia Imediata para participação dos cursos e ainda a limitação do teto de diárias para a CORE.

No Elemento de despesa 3390-33 os recursos não foram utilizados pelo fato de a COREPR não haver firmado contrato com empresa para fornecimento de passagem terrestre. Sendo que as passagens aéreas são de responsabilidade do SEPAS na Presidência.

RECURSOS MATERIAIS CONSUMIDOS NO EXERCÍCIO

Materiais de Expediente	Infraestrutura física disponibilizada à ação
Os materiais de expediente foram suficientes ao desenvolvimento da ação.	Mobiliário muito antigo; Microcomputadores com baixa capacidade Câmera fotográfica com tecnologia obsoleta Falta de armários com chaves para armazenar equipamentos e materiais de expediente

RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO

Quantidade de servidores /Contratados/outros envolvidos na execução da ação

O Setor de Capacitação possui 03 servidores pertencentes ao quadro efetivo da FUNASA:
Sendo 01 Auxiliar de administração (FG2); 02 Psicólogas.

Descrever se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação (Decreto nº 5.707/2006).

Para o cumprimento das atividades regimentais a equipe do Setor de Capacitação realiza os seguintes procedimentos: orientar e apoiar a programação e realização dos cursos, organizar eventos; analisar processos de capacitação; promover o acolhimento e ambientação de servidores, terceirizados, contratados e outros; articular com as áreas para consolidar a implantação da Política de Desenvolvimento de Pessoal na Funasa; orienta a elaboração e execução do PAC; realiza o monitoramento do Plano Operacional relativo as capacitações realizadas; instrui processos de capacitação; busca proceder avaliação do evento e dos resultados; cronograma; utilização adequada dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados para ação de capacitação; orientação, apoio e avaliação dos cursos. orientações aos servidores sobre procedimentos necessários para participar de capacitação custeada pela Funasa, bem como projeto básico (quando houver contratações); Emissão de pareceres em processos de capacitação envolvendo a análise sob a perspectiva da NOC; formalização e instrução processual de acordo com a NOC; elaboração de projetos de capacitação em conjunto com as áreas envolvidas; bem como acompanhar, avaliar e quando for o caso, emitir certificados; realizar o monitoramento mensal das capacitações; elaboração de projetos de capacitação em parceria com as áreas envolvidas, acompanhar as capacitações, oficinas e seminários realizados pela - COREPR; gerenciamento do Programa Institucional de Estágio na CORE; Fiscalização do contrato do programa de estágio; Promover o acolhimento e ambientação dos estagiários e



contratados; articular e integrar as diversas Unidades da CORE; facilitar o processo de mudança do modelo de administração pública inserida na Política de Gestão por Competência, bem como articular com as áreas para a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC), construído a partir da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal na Funasa, conforme estabelece o Decreto n.º 5.707/2006 e prevê o levantamento das demandas de capacitação com a identificação dos conhecimentos e habilidades necessárias ao cumprimento das competências regimentais de cada uma das áreas, seguida da definição dos cursos a serem priorizados; emissão de memorandos / ofícios/ relatórios e pareceres técnicos; PBS para pagamento de taxa de inscrição de cursos e/ou locação de espaço físico (hotel); providências de emissão de SDP / RVS para encaminhamento de servidores para participarem de capacitações.

PARCERIAS E CONTRATAÇÕES

Comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados

Não se aplica.

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	127.847,02	36.255,40	28,35%
FÍSICA	65 participações	56 participações	86,15%

As metas física e financeiras são descritas a seguir

Meta Física : participações em capacitação

Meta Financeira: recursos orçamentários utilizados para viabilizar as participações

AVALIAÇÃO DO RESULTADO

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados

Avaliamos como baixa execução orçamentária quanto à utilização dos recursos disponibilizados para capacitação, pois foi realizado 28,35% do previsto da meta financeira. No entanto algumas participações não necessitaram de recursos, uma vez que foram realizadas internamente, o que não gerou gastos e não puderam ser contabilizadas na ação, no entanto, permitiu o alcance de cerca de 86,15 % da meta física;

No primeiro semestre, houve baixo desempenho, em relação ao segundo semestre. Vários fatores influenciaram tais como:

- liberação de recursos após o primeiro trimestre de ano;
- os setores apresentaram tardiamente suas demandas de capacitação;
- indisponibilidade de alguns servidores para participarem por motivo de férias e/ou outros compromissos assumidos no período ou ainda falta de interesse do Servidor ou da chefia imediata em liberá-lo, alegando que os trabalhos sofreriam solução de continuidade.
- e principalmente em decorrência dos vários problemas ocorridos na emissão de passagens aéreas pelo SEPAS inviabilizando algumas das capacitações programadas.
- Ausência de contrato firmado com empresa de fornecimento passagem terrestre

No fechamento do exercício 2008 o grau de realização esteve próximo do previsto, atingindo 86,15% da meta física.

Além do que já foi citado, não foram identificados outros aspectos específicos e/ou significativos que tenham inviabilizado o alcance da meta estabelecida, pois a maioria das capacitações foram previstas pela Funasa Presidência.

No que se refere ao Programa Institucional de Estágio descrevemos a seguir:

A Funasa Core/PR, no ano de 2008 teve ao todo o quantitativo de 28 estagiários de nível superior e 42 estagiários e Ensino médio. Os recursos utilizados para custear as bolsas-auxílio dos estagiários totalizaram o valor de R\$ 135.651,43 e a Taxa destinada ao Agente de Integração (CIEE) R\$ 7.003,50. Vale lembrar que este recurso não é descentralizado para a COREPR. A Funasa Presidência é quem realiza o repasse desse recurso via SIAPE e diretamente ao Agente.



A partir de 25 de setembro de 2008, a Funasa não autorizou novas contratações de estagiários e nem renovação de termos aditivos de contratos, alegando não haver dotação orçamentária para custear pagamento de auxílio-transporte como prevê a nova legislação. Assim, na medida em que os termos de compromisso foram vencendo os contratos foram rescindidos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso; e responsável pela implementação das medidas.

Clientes internos não envolvidos com as demandas institucionais por falta de interesse, motivação e resistência às mudanças.

Os Servidores subestimam a importância das atividades do Setor de Capacitação e não contribuem para que as atividades sejam realizadas a contento.

Os prazos estabelecidos para a execução de atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos raramente são cumpridos.

A maioria dos servidores demonstra desinteresse em participar de capacitações em nível local, por outro lado, somos orientados a priorizar capacitações realizadas em nível local e, preferencialmente, em escolas de governo

Comentários: Considerando o acima descrito, identificamos que há um problema de gestão a ser resolvido.

Para resolução dos problemas esta SECAP tem apontado para a chefia para que articule junto às demais, recomendando a necessidade de que as atividades propostas pelo setor de capacitação sejam consideradas, com vistas ao cumprimento da missão institucional.



2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

I - Saúde Indígena

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Esquema Vacinal	Mede o número de pessoas com esquema vacinal completo na população indígena.	Eficiência	Total de pessoas com esquema vacinal completo dividido pela população total do Dsei, no ano. Multiplicado por 100	Siasi	95,8%	97,33%	O aumento do número de pessoas com esquema vacinal completo, se deu por diversos fatores, dentre eles podemos destacar o empenho das EMSIs e a realização da Campanha Nacional de Vacinação para a eliminação da rubéola
Criança Acompanhada	Mede o percentual de crianças menores de 5 anos de idade, acompanhadas pelo Sisvan Indígena.	Eficiência	Nº. de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelo Sisvan, dividido pelo total de crianças menores de 5 anos no Dsei, no ano. Multiplicado por 100	Sisvan Indígena	85%	85%	As crianças menores de 05 anos são acompanhadas nutricionalmente pelo menos 01 vez ao mês e as informações repassadas para as planilhas do Sisvan Indígena (apesar do sistema não estar implantado na sua totalidade no DSEI). Alguns indígenas por estarem fora da aldeia – venda de artesanato, consultas em outros municípios ou algum outro motivo não consta nas planilhas, porém em seu prontuário há o registro mensal.
Gestante Acompanhada	Mede o percentual de gestantes indígenas, acompanhadas pelo Sisvan.	Eficácia	Número de gestantes indígenas acompanhadas pelo Sisvan, dividido pelo número de gestantes indígenas existentes no Dsei, no ano. Multiplicado por 100	Siasi/ Sisvan	100%	100%	100% das gestantes identificadas e que iniciam pré-natal são acompanhadas nutricionalmente e as informações são repassadas para as planilhas do Sisvan Indígena (apesar do sistema não estar implantado em sua totalidade)



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Casos de Malária	Mede o número de pessoas infectadas por malária na população indígena.	Efetividade	Número de casos de malária na população indígena do Dsei, no ano.	Sivep Malária e Siasi	09	03	A vigilância epidemiológica na área de risco para a malária é realizada durante todo o ano, principalmente no que se refere à entrada e saídas de indígenas, casos febris e a realização da supervisão de tratamentos. Em contrapartida, a vigilância ambiental é realizada pelas secretarias municipal e estadual de saúde, de acordo com a descentralização das endemias para estas instâncias de acordo com o Sistema Único de Saúde. Neste sentido a Funasa atua realizando intersectorialidade.
Tuberculose	Mede a incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena.	Efetividade	Total de casos novos de tuberculose pulmonar BK+ dividido pela população total indígena abrangida pelo Dsei, no ano. Multiplicado por 100.000	Siasi	15,8	23,6	O aumento da incidência da tuberculose BK+ se justifica pelo incentivo à busca ativa dos sintomáticos respiratórios em todas as áreas indígenas no Estado do Paraná, fato que, por si só, justifica o aumento dos diagnósticos dos casos. Vale ressaltar que, todos os referidos casos foram tratados em sua plenitude.
Óbito Infantil Indígena	Mede o coeficiente de mortalidade infantil na população indígena.	Efetividade	Total de óbitos em menores de 1 ano de idade no Dsei, dividido pelo total de nascidos vivos no mesmo local e ano. Multiplicado por 1.000	Dsei/ Core	16,3	35,6	Conforme determinação do Departamento de Saúde Indígena – DESAI foi pactuada redução em 5% da mortalidade infantil, porém este indicador não foi alcançado. Todos os óbitos estão sendo investigados por esta equipe a fim de se esclarecer as causas.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de Aldeias contempladas com execução das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social	Mede o número de aldeias contempladas com execução das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social .	Eficácia	Total de 12 aldeias contempladas com execução das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social dividido pelo total de 46 aldeias no Paraná, no ano. Multiplicado por 100	Educação em Saúde	0%	26.%	<p>A meta programada foi atingida em 85%, a equipe de Educação em Saúde da Coordenação do Paraná, realizou apoio na execução das ações de Educação em Saúde em 12 Aldeias Paranaenses, as atividades executadas foram: realização do diagnóstico situacional, reuniões com a comunidade indígena, pactuações com os parceiros, elaboração do projeto e a execução de Oficina Educativa na Aldeia Araçá-I – Município de Piraquara onde ainda está em andamento o acompanhamento das ações pactuadas por esta comunidade. A referida Oficina foi um grande sucesso, uma vez que, as 70(setenta) pessoas, as quais representam 100% dos moradores, participaram de todo o processo, houve mobilização, inserção, comprometimento e responsabilidade, tornaram-se co-responsáveis pelo desenvolvimento das ações e busca de soluções dos problemas identificados.</p> <p>Oficina de Educação em Saúde também estendida para Aldeia Ivaí – Município de Manoel Ribas, onde foram beneficiadas em torno de 1.300 indígenas, as ações pactuadas estão sendo monitoradas.</p> <p>Não foi possível realizar 5 Oficinas Educativas previstas por falta de veículo para o traslado da equipe e por insucesso do processo licitatório para aquisição de bens e serviços.</p>



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de Aldeias contempladas com o fortalecimento do Controle Social por meio de ações de Educação em Saúde	Mede o número de aldeias contempladas com o fortalecimento do Controle Social por meio de ações de Educação em Saúde	Eficácia	Total 12 aldeias contempladas com o fortalecimento do Controle Social por meio de ações de Educação em Saúde dividido pelo total de 46 aldeias no Paraná, no ano. Multiplicado por 100	Educação em Saúde	0%	26%	Das 12 Aldeias do Paraná programadas foram atendidas em 100% com a visita da equipe de Educação em Saúde, nas seguintes atividades: diagnóstico situacional com aplicação do instrumento (questionário) junto às famílias indígenas, elaboração do Projeto de Oficina, reuniões com lideranças e caciques, pactuações com os parceiros. Conforme estabelecido no plano operacional de 2008 para Educação em Saúde foram previstas a realização de 7 (sete) Oficinas, onde só foi possível realizar 5 (cinco). Desta forma, o atingiu-se 28.60% da meta estabelecida no fortalecimento do Controle Social por meio de ações de Educação em Saúde.



II - Saneamento Ambiental

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de aldeias com sistema de abastecimento de água, por Dsei.	Mede o percentual de abastecimento de água em área indígena, por Dsei.	Eficácia	Nº de aldeia beneficiada com ações de abastecimento de água dividido pelo nº total de aldeias do Dsei. Multiplicado por 100.	Diesp/ Sensp	100%	100%	Todas as aldeias situadas em terras indígenas legalizadas no Paraná já estão beneficiadas com sistemas de abastecimento de água. Os acampamentos indígenas nas áreas em litígio receberam soluções alternativas e provisórias. Assim, esta ação tem 100% de eficácia.
% de aldeias com tratamento de água implantado, por Dsei.	Mede o percentual de aldeias com tratamento de água.	Eficácia	Total de Aldeias com tratamento de água implantado, dividido pelo total de aldeias do Dsei. Multiplicado por 100.	Core/ Diesp/ Sensp.	100%	100%	Em todos os sistemas de abastecimento de água construídos nas aldeias do Paraná é implantado o tratamento. Assim, repete-se a observação do item anterior.
% de comunidades quilombolas com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento.	Mede o percentual das comunidades remanescentes de quilombos, beneficiadas com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento no ano.	Eficácia	Nº. de comunidades remanescentes de quilombos, com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento, dividido pelo nº. de comunidades remanescentes de quilombos programadas no ano. Multiplicado por 100.	Densp/ Core/ Diesp/ Sensp.	0%	0%	Os projetos foram aprovados, porém os recursos somente foram liberados para MSD no final de 2008.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de assentamentos da reforma agrária com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento.	Mede o percentual de assentamentos da reforma agrária com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento no ano.	Eficácia	Nº. de assentamentos da reforma agrária com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento, dividido pelo nº de assentamentos da reforma agrária programadas no ano. Multiplicado por 100.	Densp/ Core/ Diesp/ Sensp.	0	0	Os projetos foram aprovados, porém nenhum recurso foi liberado em 2008.
Número de famílias beneficiadas com projetos de abastecimento de água, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de abastecimento de água no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de abastecimento de água no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	150.000	280.000	A maioria dos projetos propostos foi analisada, porém nenhum foi aprovado devido às prefeituras não terem solucionado as pendências constatadas.
Número de famílias beneficiadas com projetos de drenagem e manejo ambiental, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de drenagem e manejo ambiental no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de drenagem e manejo ambiental no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	0	0	Não existe a ação na CORE/PR



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Número de famílias beneficiadas com projetos de esgotamento sanitário, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de esgotamento sanitário no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de esgotamento sanitário no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	60.000	195.000	A maioria dos projetos foi aprovada, porém nenhum recurso liberado em 2008.
Número de famílias beneficiadas com projetos de resíduos sólidos, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de resíduos sólidos no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de resíduos sólidos no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	160.000	172.000	A maioria dos projetos foi aprovada, porém nenhum recurso liberado em 2008.
Número de famílias beneficiadas com projetos de melhorias sanitárias domiciliares, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de melhorias sanitárias domiciliares no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de melhorias sanitárias domiciliares no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	900	2.330	A maioria dos projetos foi aprovada, porém nenhum recurso liberado em 2008.

Obs.: (*) A descrição “**projetos contratados**” refere-se aos **Termos de Compromissos** e aos **Convênios** celebrados.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Número de escolas rurais beneficiadas com projetos de saneamento.	Demonstra o número absoluto de escolas públicas rurais, beneficiadas com projetos de saneamento, contratados no decorrer do ano.	Eficácia	Número de escolas públicas rurais beneficiadas pelos projetos de saneamento, no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	0	0	Não existe a ação na CORE/PR
% de aldeias indígenas beneficiadas com ações de saneamento em relação às metas do PAC.	Mede o percentual de ações de saneamento em aldeias indígenas com recursos do PAC.	Efetividade	Número de aldeias indígenas beneficiadas com ações de saneamento dividido pelo número total de aldeias, com recursos do PAC. Multiplicado por 100.	Core/ Diesp/ Sensp.	0	0	Nenhuma aldeia será atendida com recursos do PAC
% de Termos de Compromisso celebrados para execução de projetos de abastecimento de água, em relação às metas do PAC.	Mede a capacidade operacional da Funasa na implantação das ações do PAC.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso celebrados para a ação de abastecimento de água, dividido pelo nº. de municípios priorizados pelo PAC na ação. Multiplicado por 100.	Densp e Cgcon	38%	90,25%	Foram assinados 90,25% dos TC propostos e entregues os projetos, porém nem todos analisados devido a falta de engenheiros na CORE/PR. O percentual de análises só aumentou devido à realização de força tarefa.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de Termos de Compromisso celebrados para execução de projetos de melhorias sanitárias domiciliares, em relação às metas do PAC.	Mede a capacidade operacional da Funasa na implantação das ações do PAC.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso celebrados para a ação de melhorias sanitárias domiciliares, dividido pelo nº. de municípios priorizados pelo PAC na ação. Multiplicado por 100	Densp e Cgcon	100%	45%	Foram assinados 45% dos TC propostos e entregues os projetos, porém nem todos analisados devido à falta de engenheiros na CORE/PR. O percentual de análises só aumentou devido à realização de força tarefa.
% de Termos de Compromisso celebrados para execução de projetos de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas, em relação às metas do PAC.	Mede a capacidade operacional da Funasa na implantação das ações do PAC.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso celebrados para a ação de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas, dividido pelo nº. de municípios priorizados pelo PAC na ação. Multiplicado por 100	Densp e Cgcon	0	0	Não existe a ação na CORE/PR



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de Termos de Compromisso celebrados para execução de projetos de drenagem e manejo ambiental e controle da malária, em relação às metas do PAC.	Mede a capacidade operacional da Funasa na implantação das ações do PAC.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso celebrado para a ação de drenagem e manejo ambiental para a prevenção e controle da malária, dividido pelo nº. de municípios prioritizados pelo PAC na ação. Multiplicado por 100	Densp e Cgcon	0	0	Não existe a ação na CORE/PR
% de projetos com visita de acompanhamento, em relação aos projetos com parcela de recursos liberada.	Mede o número de projetos com visita técnica de acompanhamento com parcela de recursos liberada.	Efetividade	Número de projetos com visita de acompanhamento, dividido pelo número de projetos com parcela liberada. Multiplicado por 100	Core/ Diesp/ Sensp.	10%	0	Não houve parcelas liberadas referentes ao PAC 2008 e as obras dos exercícios anteriores estão atrasadas devido a falta de técnicos e apoio logístico no decorrer do ano.
Percentual de projetos com pendência técnica.	Mede o percentual de projetos com pendência técnica.	Efetividade	Número de projetos com pendência técnica dividido pelo número de projetos analisados. Multiplicado por 100.	Core/ Diesp/ Sensp.	50%	100%	Nenhum projeto cumpriu totalmente as exigências do SISCONV e da PGF.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
% de municípios contemplados com assessoria para implantação dos Núcleos de Educação em Saúde	Mede o percentual dos municípios contemplados com assessoria para implantação dos Núcleos de Educação em Saúde	Eficácia	Nº. 35 de municípios contemplados com assessoria para implantação dos Núcleos de Educação em Saúde, dividido pelo nº.52 de municípios programados. Multiplicado por 100.	Educação em Saúde	0%	67.30%	Está meta para ser atingida é de acordo com os projetos que vão sendo analisados e aprovados.



III - Gestão

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Execução Financeira	Avalia a capacidade de pagamento da Coordenação Regional no exercício de 2008.	Eficiência	Total dos recursos financeiros pagos no exercício, dividido pelo total de recursos orçamentários empenhados, na Core, no ano. Multiplicado por 100	Saeof/ Sofin	-	53%	Processos de pagamentos não recebidos pela área financeira.
Execução Orçamentária	Avalia a capacidade de execução orçamentária da Coordenação Regional no exercício de 2008.	Eficiência	Total dos recursos orçamentários executados no exercício, dividido pelo total dos recursos orçamentários liberados no exercício, na Core, no ano. Multiplicado por 100	Saeof/ Soorç	-	40%	Obras empenhadas em dezembro/2008 que passaram em Restos a Pagar para 2009, os valores restantes referem-se a serviços e materiais que serão recebidos em 2009.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Execução de convênios	Mede a capacidade de acompanhamento da execução dos convênios.	Efetividade	Total de convênios celebrados em 2006 com todas as parcelas pagas, dividido pelo n.º total de convênios celebrados no ano. Multiplicado por 100	Cconv			Informação a cargo do DEPIN/CGCON/COCEC
Capacidade de pagamento	Mede a capacidade de pagamento dos Termos de Compromisso firmados no exercício 2007.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso firmados em 2007 com repasse de recursos financeiros, dividido pelo n.º de Termos de Compromisso firmados em 2007. Multiplicado por 100	Diesp	30%	0%	Convênios em início de contratação e execução.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Capacidade de pagamento	Mede a capacidade de pagamento dos Termos de Compromisso firmados no exercício de 2008.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso firmados em 2008 com repasse de recursos financeiros, dividido pelo nº. de Termos de Compromisso firmados em 2008. Multiplicado por 100	Diesp	-	0%	Não houve compromissos firmados.
Capacidade de pagamento	Avalia a capacidade de pagamento de Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro.	Efetividade	Total de pagamentos de Restos a Pagar no exercício, dividido pelo total de Restos a Pagar inscritos. Multiplicado por 100.	Saeof/ Sofin	-	82,67%	Restos a pagar pendentes de liquidação.
Controle de Diligências atendidas	Percentual das diligências atendidas pela regional.	Eficácia	Número de diligências atendidas no ano, dividido pelo número total de diligências expedidas pela regional no ano. Multiplicado por 100.	Core/ Equipe de Convênios	100%	96,45%	A meta prevista para 2008, de 90% de diligências atendidas, foi cumprida. Estipulou-se uma margem de 10% para diligências expedidas no final do exercício, cujo atendimento somente ocorre no exercício seguinte. Portanto, temos como satisfatório o percentual de 96,45% atingido.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Controle de Diligências pendentes	Percentual das diligências pendentes na regional.	Eficácia	Número de diligências pendentes no ano, dividido pelo número total de diligências expedidas na regional no ano. Multiplicado por 100.	Core/ Equipe de Convênios	0%	3,55%	Do percentual de diligências pendentes 0,6% refere-se à diligência, cujo prazo para atendimento não expirou e 2,95% refere-se a diligências pendentes de atendimento e incluídas no rol de inadimplentes no SIAFI.
Controle da análise de prestação de contas de convênios	Percentual dos convênios analisados na regional.	Eficácia	Total de convênios com prestação de contas analisadas (em análise/concluídos) na regional, no ano, dividido pelo número total de convênios recebidos na regional. Multiplicado por 100.	Core/ Equipe de Convênios.	97,78%	89,51%	A meta estimada era de 90% de prestações de contas analisadas e 10% a serem analisadas. Consideramos que o resultado alcançado foi satisfatório, levando em consideração que 10,49% das prestações de contas recebidas no exercício de 2008, encontram-se aguardando análise.
Controle da aprovação da prestação de contas de convênios	Percentual dos convênios aprovados na regional.	Eficácia	Total de convênios com prestação de contas aprovadas na regional, no ano, dividido pelo número total de convênios recebidos na regional. Multiplicado por 100.	Core/ Equipe de Convênios.	96,67%	53,91%	A meta estimada era de 90% de aprovações. Entretanto, a distorção apresentada refere-se aos processos que se encontram aguardando pareceres técnicos (DIESP e PESMS), para então serem concluídos.



Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Índice alcançado em 2007 (referência)	Resultado Alcançado em 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Tomada de Contas Especial	Avalia a instauração de processo de Tomada de Contas Especial nas Coordenações Regionais no exercício 2008.	Efetividade	Nº. de processos de Tomada de Contas Especial instaurados na Core em 2008, dividido pelo nº. de convênios em situação de inadimplência efetiva, no ano. Multiplicado por 100	Siafi	0	0	Não foram instauradas Tomadas de Contas.



IV - Resultados Alcançados

Administração/Seção de Logística/Seção Orçamentária e Financeira

Os pontos destacados pela equipe relacionados aos indicadores validados e que precisam ser melhorados são:

- a) O orçamento disponibilizado no final do exercício dificulta os procedimentos orçamentários;
- b) Necessidade de se atentar para as datas de vencimento das faturas/notas fiscais que são encaminhadas para pagamento;
- c) Maior controle sobre os contratos por parte dos fiscais.

Equipe de Convênios

Por meio da Portaria nº 127, de 17 de março de 2005 o Presidente da Fundação Nacional de Saúde delegou competência ao Coordenador Regional do Paraná para aprovar análise de prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres a partir de 11/04/2005.

As análises das prestações de contas foram atribuídas a dois servidores integrantes do quadro permanente da FUNASA, diretamente subordinados ao Coordenador Regional, porém sem uma definição formal sobre a estrutura da área por parte da Presidência da FUNASA.

Em relação aos indicadores sobre atendimento das diligências e análises de prestações de contas as metas foram cumpridas. O indicador relacionado às aprovações não teve um índice satisfatório, em razão do descumprimento dos prazos para encaminhamento dos pareceres técnicos por parte da DIESP e PESMS.

Complementando a avaliação dos resultados destacam-se os seguintes pontos positivos e pontos a melhorar:

Pontos Positivos	Pontos a melhorar
<ol style="list-style-type: none">1. A experiência dos servidores nas áreas administrativa, orçamentária, financeira, contábil;2. Bom relacionamento intra e interpessoal;3. Dedicção e empenho na realização das atividades.	<ol style="list-style-type: none">1. A estrutura física;2. Mobiliários;3. Quantidade de servidores;4. Cumprimento dos prazos pelas áreas técnicas.

Saneamento Ambiental

A avaliação final realizada pela engenheira responsável relativamente aos indicadores apontados foi de que apesar das dificuldades foram analisados e aprovados alguns projetos. Foram orientadas todas as prefeituras para montagem dos processos de convênios enquadrados dentro das normas vigentes na FUNASA.

Os resultados, porém, não foram satisfatórios no exercício de 2008, principalmente em razão do encerramento do convênio com a UNESCO que disponibilizava seis engenheiros consultores para as ações de análise e fiscalização.

Houve um grande acúmulo de projetos do PAC e Emendas Parlamentares sem análise ou com pendências. Também foi grande o número de obras com prestação de contas apresentadas, parcial ou final que não puderam ser finalizadas devido à falta de visita técnica por carência de engenheiros e apoio logístico.

Saúde indígena

Indicador Saúde Indígena correspondente a ação: Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena, a Educação em Saúde da Coordenação do Paraná, aponta os seguintes pontos:

Pontos Positivos:

- a) Aceitação e participação da comunidade indígena na proposta metodológica da Educação em Saúde;
- b) Vontade da comunidade em melhorar sua condição de vida;
- c) Participação do Diesp, Casai e Dsei na definição das áreas prioritárias para realização das ações educativas de acordo com os indicadores epidemiológicos, sanitários e sociais, na definição dos temas a serem abordados junto a comunidade indígena, participação da execução das Oficinas de Educação em Saúde na Aldeia Araça-í e Aldeia Ivaí.
- d) Implantação das ações educativas na Casa de Apoio de Atenção à Saúde/Curitiba, mediante programação dos temas e atividades educativas. A execução das ações educativas tornou-se rotina, as ações são trabalhadas pela equipe multidisciplinar da Casa de Apoio, e vem contribuindo no entendimento dos indígenas da importância de melhorar a atenção e cuidados com a saúde.

Pontos Negativos:

- a) Número de técnicos reduzido para o desenvolvimento das ações educativas;
- b) Problemas com a disponibilidade de veículo para as atividades de campo;
- c) Insucesso nos processos licitatórios para aquisição de bens e serviços;



- d) Dificuldade de atender as demandas levantadas pela comunidade indígena, pois as mesmas dependem de parcerias e nem sempre os parceiros podem ajudar.

Quanto ao indicador Saneamento Ambiental referente a ação: Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental, a Educação em Saúde da Coordenação do Paraná, aponta os seguintes pontos:

Pontos Positivos:

- a) O entendimento do gestor municipal na importância do desenvolvimento das ações educativas para o exercício do controle social, inclusão e participação das famílias beneficiadas no projeto;
- b) Atividade não requer deslocamento para: análise e orientação de projetos, elaboração de pareceres técnicos, parcial e final, etc.
- c) A Educação em Saúde procura trabalhar concomitantemente às análises e aprovações dos projetos de realizados pela DIESP.

Pontos negativos:

- a) A não aprovação de 100% dos projetos;
- b) O ano de 2008 ter sido um anos de eleições municipais, portanto, com mudanças de gestores;
- c) Quadro de pessoal da Educação em Saúde reduzido;
- d) Problemas com a disponibilidade de veículo para as atividades de acompanhamento e supervisão nos municípios;
- e) Os projetos – PESMS não são constantes do SISCON, deixando a equipe de Educação em Saúde sem poder conhecer os municípios e ações que foram enquadradas a receberem os benefícios de Saneamento Ambiental.



2.4.1 Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
1.Passagens	38.159,60	124.889,96	-0-
2.Diárias	536.735,50	470.112,81	387.139,52
3.Serviços Terceirizados			
3.1.Publicidade (radiobrás)	9.969,60	37.190,40	40.313,60
3.2.Vigilância, limpeza e conservação	462.006,14	628.554,35	673.614,18
3.3.Outras Terceirizações (Venturini e Sul Car)	-0-	2.948.070,12	1.711.568,42
3.4.Suprimento de Fundos	87.590,63	75.010,61	32.364,68
4.Cartão Corporativo	-0-	-0-	10.732,27
Totais	1.134.461,47	4.283.828,25	2.855.732,67

Comentários:

Os recursos destinados às diárias atenderam precipuaemente os deslocamentos dos servidores, visando acompanhamento de obras, levantamento patrimonial, participação em reuniões, cursos, palestras, seminários, monitoramento em áreas indígenas etc. Também foram custeados com recursos de diárias para colaboradores eventuais os sete consultores (engenheiros), realizando visitas técnicas nos municípios conveniados.

Em relação ao gasto com vigilância e limpeza entre 2006 a 2008, os gastos aumentaram em função de ter sido aumentado o número de postos de vigilância e também, outro gasto significativo para a Core, foi a terceirização de Veículos com motoristas, sendo que em 2006 não existia tal serviço, o qual foi contratado em 2007. Em 2008 devido a falta de orçamento o contrato foi cancelado, ficando a Core sem o serviço. Nova contratação foi realizada em outubro de 2008, demonstrando assim a diferença de valores entre 2007 a 2008. Quanto aos gastos com suprimentos de fundos, cujas despesas se concentravam em materiais diversos, pedágios, combustíveis, houve um decréscimo, conseqüência da implantação do sistema de registro de preços que possibilitou aquisições mais ágeis, bem como a terceirização da frota de veículos. Quanto ao valor despendido com publicidade legal, o valor se justifica pelo aumento de licitações realizadas, em suas diversas modalidades, visando dar cumprimento ao art. 21, da Lei nº 8666/93.



3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00

Não houve ocorrências no período

4 RESTOS A PAGAR

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	-	-	-	-	1.941.679,71	163.876,00	1.605.184,67	172.619,04
Total								

Nota:

Devem ser informados os valores constantes do Siafi dos últimos três exercícios;

O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:

as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;

discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

- **Só houve restos a pagar em 2007.**



5 CONVÊNIOS

5.1 A liberar com vigência expirada

Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	411612	25100.001951/00-15 18/01/2001 a 31/05/2004 CV 660/00	VIGISUS	18/01/2001	340.562,99	2001 320.562,99	85.140,75	ISEP	PC aprovada no valor de R\$ 320.562,99; Pendente de liberação R\$ 20.000,00. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	411613	25100.001950/00-62 18/01/2001 a 31/05/2004 CV 655/00	VIGISUS	18/01/2001	217.607,58	2001 202.607,58	54.401,89	ISEP	PC aprovada no valor de R\$ 202.607,58; Pendente de liberação R\$ 15.000,00. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	412821	25100.001949/0038 18/01/2001 30/05/2004 CV 659/00	VIGISUS	18/01/2001	362.979,28	2001 311.654,28	90.744,82	ISEP	PC aprovada no valor de R\$ 311.654,28; Pendente de liberação R\$ 51.325,00. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	440338	25220.002567/01-46 21/01/2002 a 21/02/2003 EP 3813/01		18/01/2002	50.000,00	-0-	2.500,00	P.M. Tamarana	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	445456	25220.002578/01-26 31/12/2001 a 31/10/2002 CV 2077/01	ÁGUA	21/01/2002	112.764,27	-0-		P. M. Curíuva	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	477773	25220.007024/02-04 15/12/2002 a 04/12/2005 CV 1020/02	ÁGUA	24/12/2002	58.465,53	-0-	590,56	P.M. Corumbataí do sul	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	477774	25220.006715/02-82 15/12/2002 a 28/01/2009 CV 1019/02	ÁGUA	24/12/2002	179.884,81	2006 71.953,81	1.817,02	P. M. Godoy Moreira	PC parcial aprovada no valor de R\$ 71.490,00. DIESP 41% e PESMS 80%. A liberar R\$ 107.931,00
1	478506	25220.006882/02-23 20/12/2002 a 20/01/2004 CV 1548/02	ÁGUA	27/12/2002	249.375,02	-0-	9.877,52	P. M. Imbaú	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	489788	25220.004338/03-28 20/12/2003 a 20/12/2004 CV 995/03	ÁGUA	29/12/2003	72.100,00	-0-	-0-	P. M. Guamiranga	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	490778	25100.032648/03-07 23/12/2003 a 23/06/2004 CV 44/03	CONTROLE DOENÇA	29/12/2003	1.260.000,00	-0-	464.000,00	TECPAR	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	490787	25100.069537/02-67 23/12/2003 a 23/02/2005 CV 40/03	CONTROLE DOENÇA	29/12/2003	135.600,00	-0-	33.900,00	ISEP	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	494263	25100.251463/01-25 22/12/2003 a 22/12/2004 EP 1443/03	ÁGUA	29/12/2003	40.000,00	-0-	-0-	P.M. Reserva	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	523082	25100.022777/04-60 30/11/2004 a 15/01/2009 CV 1095/04	RESÍDUOS	01/12/2004	927.527,20	2005 371.010,20 2007 426.589,80	900.472,80	SEOP	Não apresentou PC parcial. A liberar R\$ 129.927,20
1	530162	25100.020716/04-68 30/06/2004 a 12/12/2008 CV 360/04	ÁGUA	01/07/2004	287.971,20	2006 230.376,20	9.028,80	P. M. São José da Boa Vista	Inadimplente – Irregularidade na execução do objeto, no valor de R\$ 115.188,20. A FUNASA estipulou prazo para regularização até 06/04/2009. A liberar R\$ 57.595,00
1	531030	25100.020743/04-31 30/06/2004 a 07/06/2008 CV 365/04	ÉSGOTO	01/07/2004	209.591,92	-0-	7.827,08	P. M. Guaraci	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	531033	25100.021521/04-35 28/06/2004 a 11/06/2008 EP 691/04	ÁGUA	01/07/2004	39.873,65	-0-	1.233,21	P. M. Espigão Alto do Iguaçu	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	531037	25100.020656/04-83 30/06/2004 a 07/06/2008 CV 379/04	RESÍDUOS	01/07/2004	199.580,14	-0-	3.554,86	P. M. São João do Caiuá	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	533291	25100.021523/04-24 28/06/2004 a 08/06/2008 EP 692/04	ÁGUA	01/07/2004	119.993,33	-0-	4.856,67	P. M. Nova Londrina	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	557212	25100.042832/05-19 23/12/2005 a 12/12/2008 CV 2806/05	ÁGUA	12/01/2006	71.000,00	-0-	2.130,00	P. M. Boa Esperança	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	557243	25100.032089/05-99 19/12/2005 a 06/11/2008 CV 1196/05	ÁGUA	03/01/2006	350.000,00	2006 280.000,00	38.888,90	P. M. Rio Branco do Sul	A aprovar R\$ 208.990,06 – aguardando parecer técnico DIESP. PESMS 100%. A liberar R\$ 70.000,00.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	557277	25100.037617/05-04 19/12/2005 a 18/12/2008 CV 2278/05	RESÍDUOS	27/12/2005	970.000,00	-0-	41.000,00	P. M. Doutor Ulysses	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	557288	25100.030357/05-38 19/12/2005 a 13/12/2008 CV 0726/05	ESGOTO	27/12/2005	100.000,00	-0-	3.092,79	P. M. São Carlos do Ivaí	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	557292	25100.034490/05-63 19/12/2005 a 26/01/2009 CV 1671/05	ESGOTO	27/12/2005	200.000,00	160.000,00	2007 80.000,00 2008 80.000,00	P. M. São Jorge do Patrocínio	Sem PC parcial. A liberar R\$ 40.000,00
1	558314	25100.020766/05-26 19/12/2005 a 13/12/2008 EP 0424/05	RESÍDUOS	12/01/2006	500.000,00	-0-	50.200,00	P.M. Mandirituba	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	558633	25100.044106/05-31 30/12/2005 a 24/01/2009 CV 2994/05	ÁGUA	16/01/2006	75.900,00	2007 30.360,00 2008 30.360,00	2.400,00	P.M. Icaraíma	Pc parcial aprovada R\$ 60.720,00. DIESP 80% - PESMS 98%. A liberar R\$ 15.180,00.
1	558889	25100.030353/05-50 19/12/2005 a 18/12/2008 CV 0725/05	ESGOTO	16/01/2006	100.000,00	-0-	3.092,79	P.M. Munhoz de Melo	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	558899	25100.044107/05-85 30/12/2005 a 13/12/2008 CV 2995/05	ÁGUA	18/01/2006	75.900,00	-0-	7.590,00	P.M. Ivaiporã	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	570983	25100.061264/06-36 20/06/2006 a 24/01/2009 CV 1359/06	ÁGUA	30/06/2006	50.000,00	2007 20.000,00 2008 20.000,00	1.500,00	P.M. Jardim Alegre	A aprovar R\$ 20.000,00 – aguardando parecer técnico DIESP. A liberar R\$ 10.000,00.
1	570984	25100.061347/06-25 28/06/2006 a 10/01/2009 CV 1371/06	ESGOTO	30/01/2006	200.000,00	2007 80.000,00 2008 80.000,00	6.000,00	P.M. Reserva do Iguaçu	Inadimplente R\$ 80.000,00 não apresentação PC parcial. A liberar R\$ 40.000,00
1	580235	25100.064012/06-69 07/07/2006 a 09/07/2009 EP 2368/06	ESGOTO	19/07/2006	200.000,00	2007 80.000,00 2008 80.000,00	6.200,00	P.M. São Pedro do Ivaí	A aprovar R\$ 84.595,40 – aguardando Parecer Técnico DIESP. A liberar R\$ 40.000,00



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	590883	25100.064008/06-09 07/07/2006 a 31/10/2008 EP 2364/06	MSD	19/06/2006	100.000,00	2007 80.000,00	3.000,29	P.M. Icaraíma	Aprovado R\$ 68.017,15 – DIESP 71%. A liberar R\$ 20.000,00.
1	591226	25100.621374/06-60 05/12/2006 a 24/01/2009 CV 2616/06	MSD	10/01/2007	125.000,00	2007 50.000,00 2008 50.000,00	7.870,00	P.M. Mamborê	A aprovar R\$ 50.000,00 – aguardando Parecer Técnico DIESP. A liberar R\$ 25.000,00.
1	591782	25100.624985/06-60 29/12/2006 a 18/10/2008 CV 2957/06	ÁGUA	08/01/2007	200.000,00	2007 160.000,00	6.000,00	P.M. Cruzeiro do Oeste	Aprovado R\$ 158.857,62. DIESP: 83%. A liberar 40.000,00.
1	626269	25100.045660/07-05 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1431/07	MSD	22/01/2008	120.124,14	-0-	5.275,86	P.M. Bom Sucesso	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626270	25100.045952/07-30 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1633/07	RESÍDUOS	21/01/2008	115.000,00	-0-	3.600,00	P.M. Lunardeli	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626271	25100.045775/07-91 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1504/07	MSD	21/01/2008	100.000,00	-0-	4.000,00	P.M. Nova Cantu	Recurso não liberado. Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626275	25100.045786/07-71 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1508/07	MSD	21/01/2008	120.000,00	-0-	4.000,00	P.M. Santa Mônica	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626279	25100.042222/07-87 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1089/07	RESÍDUOS	21/01/2008	150.000,00	-0-	4.640,00	P.M. São Tomé	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626290	25100.043037/07-18 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1203/07	ÁGUA	21/01/2008	100.000,00	-0-	3.100,00	P.M. Pérola	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626292	25100.045816/07-40 31/12/2007 a 31/12/2008[EP 1535/07	ÁGUA	21/01/2008	141.400,00	-0-	4.373,20	P.M. Cambira	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626293	25100.045690/07-11 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1443/07	ÁGUA	22/01/2008	70.000,00	-0-	2.165,00	P.M. Manfrinópolis	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	626296	25100.046005/07-66 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1665/07	ÁGUA	22/01/2008	500.000,00	-0-	15.464,00	P.M. Jandaia do Sul	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626297	25100.045961/07-21 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1637/07	ÁGUA	21/01/2008	80.000,00	-0-	2.474,23	P.M. Ariranha do Ivaí	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626298	25100.045810/07-72 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1533/07	RESÍDUOS	21/01/2008	150.000,00	-0-	4.639,18	P.M. Florestópolis	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626302	25100.045827/07-20 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1538/07	RESÍDUOS	21/01/2008	180.000,00	-0-	5.600,00	P.M. Rancho Alegre do Oeste	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626305	25100.045675/07-65 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1436/07	MSD	22/01/2008	101.120,00	-0-	4.480,00	P.M. Marumbi	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626307	25100.043038/07-54 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1204/07	MSD	21/01/2008	233.333,00	-0-	8.167,00	P.M. Tapejara	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626308	25100.045697/07-25 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1447/07	ÁGUA	21/01/2008	73.500,00	-0-	2.274,00	P.M. São João	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626311	25100.045820/07-16 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1536/07	RESÍDUOS	21/01/2008	150.000,00	-0-	16.666,67	P.M. Goioerê	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626319	25100.042964/07-11 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1162/07	ÁGUA	21/01/2008	113.333,00	-0-	3.507,00	P.M. Ampére	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626329	25100.045826/07-85 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1573/07	ÁGUA	21/01/2008	180.000,00	-0-	20.000,00	P.M. Castro	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626330	25100.028683/07-47 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0366/07	RESÍDUOS	21/01/2008	202.000,00	-0-	22.500,00	P.M. Rolândia	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	626331	25100.035294/07-78 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0709/07	MSD	21/01/2008	100.000,00	-0-	11.180,00	P.M. Palmas	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626332	25100.045782/07-93 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1506/07	ÁGUA	21/01/2008	80.000,00	-0-	2.500,00	P.M. Moreira Sales	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626334	25100.045667/07-19 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1433/07	MSD	21/01/2008	220.000,00	-0-	7.700,00	P.M. Icaraíma	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626335	25100.029004/07-57 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0427/07	ÁGUA	17/01/2008	30.000,00	-0-	2.876,59	P.M. Nova Laranjeiras	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626338	25100.028681/07-58 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0365/07	RESÍDUOS	21/01/2008	131.000,00	-0-	4.100,00	P.M. Porecatu	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626339	25100.045959/07-51 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1636/07	RESÍDUOS	21/01/2008	120.000,00	-0-	3.712,00	P.M. Centenário do sul	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626341	25100.027580/07-60 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0182/07	RESÍDUOS	21/01/2008	110.000,00	-0-	92.000,00	P.M. Faxinal	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626343	25100.029006/07-46 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0429/07	ÁGUA	21/01/2008	35.000,00	-0-	1.100,00	P.M. Salgado Filho	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626344	25100.043116/07-11 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1223/07	RESÍDUOS	21/01/2008	150.000,00	-0-	6.000,00	P.M. São Pedro do Paraná	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626351	25100.042225/07-11 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1090/07	RESÍDUOS	21/01/2008	170.000,00	-0-	5.300,00	P.M. Terra Boa	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626352	25100.045694/07-91 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1445/07	ÁGUA	22/01/2008	70.000,00	-0-	2.200,00	P.M. Planalto	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626357	25100.045613/07-53 31/12/2007 a 31/12/2008 CV 1388/07	ÁGUA	22/01/2008	700.000,00	-0-	77.778,00	P.M. Castro	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	626358	25100.029000/07-79 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0424/07	ÁGUA	21/01/2008	25.000,00	-0-	1.000,00	P.M. Boa Esperança do Iguaçu	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626359	25100.045808/07-01 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1532/07	RESÍDUOS	21/01/2008	120.000,00	-0-	3.800,00	P.M. Novo Itacolomi	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626361	25100.045772/07-58 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1502/07	RESÍDUOS	21/01/2008	120.000,00	-0-	3.800,00	P.M. Mamborê	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	626362	25100.045957/07-62 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1635/07	ÁGUA	21/01/2008	200.000,00	-0-	6.200,00	P.M. Kaloré	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629285	25100.043114/07-21 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 1221/07	ÁGUA	21/01/2008	83.333,33	-0-	2.617,00	P.M. Catanduvas	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629291	25100.042215/07-85 31/12/2007 a 31/12/2009 EP 1086/07	RESÍDUOS	21/01/2008	200.000,00	-0-	22.300,00	P.M. Ibaiti	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629292	25100.028677/07-90 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 363/07	ÁGUA	21/01/2008	150.000,00	-0-	4.700,00	P.M. Antonina	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629293	25100.027582/07-59 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 0184/07	RESÍDUOS	17/01/2008	63.333,00	-0-	1.967,00	P.M. São Carlos do Ivaí	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629868	25100.044004/07-87 17/01/2008 a 17/01/2009 CV 1318/07	COOP.TÉCNIC A	17/01/2008	50.000,00	-0-	1.547,00	P.M. Santa Cecília do Pavão	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629869	25100.043391/07-34 17/01/2008 a 17/01/2009 CV 1319/07	COOP.TECNIC A	17/01/2008	60.000,00	-0-	1.856,00	P.M. Santa Isabel do Ivaí	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	629870	25100.044948/07-54 17/01/2008 a 17/01/2009 CV 1315/07	COOP.TÉCNIC A	17/01/2008	70.000,00	-0-	2.100,00	P.M. Jataizinho	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília
1	634579	25100.028685/07-36 31/12/2007 a 31/12/2008 EP 367/07	ÁGUA	21/01/2008	333.333,00	-0-	10.367,00	P.M. Boa Ventura de São Roque	Recurso não liberado Responsável: DEPIN/CGCON- Brasília



5.2 A Comprovar vigência expirada

Tipo*	Código Siasi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	477774	25220.006715/02-82 15/12/2002 a 28/01/2009 CV 1019/02	ÁGUA	24/12/2002	179.884,81	2006 – 71.953,81	1.817,02	P.M. Godoy Moreira	PC parcial aprovada R\$ 71.490,00. DIESP 41% e PESMS 80%. A liberar R\$ 107.931,00.
1	523082	25100.022777/04-60 30/11/2004 a 15/01/2009 CV 1095/04	RESÍDUOS	01/12/2004	927.527,20	2005 – 371.010,20 2007 – 426.589,80	900.472,80	Secretaria de Estado de Obras Públicas	Sem PC Parcial. A liberar R\$ 129.927,20.
1	523830	25100.015296/04-06 13/05/2005 a 09/09/2008 Cv 004/05	PESQ.SANE AM.	27/06/2005	59.700,00	Lib.Total	-0-	UFPR	Sem PC Parcial.
1	557218	25100.034462/05-46 19/12/2005 a 31/12/2008 CV 1656/05	RESÍDUOS	27/12/2005	240.121,95	Lib.Total	29.998,05	P.M. Campo Mourão	Pc parcial aprovada R\$ 172.204,13. DIESP 87% e PESMS 25%. Pz apresentação PC final 01/03/2009. Conveniente notificado OF 1919, de 02/12/2008.
1	557225	25100.030373/05-21 19/12/2005 a 24/01/2009 CV 0728/05	MSD	27/12/2005	100.000,00	2006 – 40.000,00 2007 – 40.000,00 2008 – 20.000,00	3.092,79	P.M. Terra Boa	Pc parcial aprovada R\$ 80.000,00. DIESP 100% e PESMS 100%. Pz apresentação PC final 25/03/2009. Conveniente notificado Of 1931, de 02/12/2008.
1	557243	25100.032089/05-99 19/12/2005 a 06/11/2008 CV 1196/05	ÁGUA	03/01/2006	350.000,00	2006 – 280.000,00	106.496,23	P.M. Rio Branco do Sul	Pc parcial em análise. Supervisão técnica a ser realizada pela DIESP/FUNASA. A liberar R\$ 70.000,00.
1	557258	25100.034467/05-79 19/12/2005 a 29/01/2009 CV 1661/05	RESÍDUOS	27/12/2005	100.000,00	2008 – 100.000,00	3.100,00	P.M. Jataizinho	Prazo para apresentação da PC Final 30/03/2009. Conveniente notificado Of 1925, de 02/12/2008.
1	557292	25100.034490/05-63 19/12/2005 a 26/01/2009 CV 1671/05	ESGOTO	27/12/2005	200.000,00	2007 – 80.000,00 2008 – 80.000,00	6.185,58	P.M. São Jorge do Patrocínio	Sem PC parcial. Conveniente notificado Of. 1879, de 25/11/2008. A liberar R\$ 40.000,00.
1	558283	25100.034123/05-60 19/12/2005 a 28/11/2008 CV 1611/05	ÁGUA	27/12/2005	150.000,00	Lib.total	6.100,00	P.M. Pitangueiras	Pc parcial aprovada R\$ 60.000,00. DIESP 57,1% e PESMS 10%. Pz para apresentar PC final 27/01/2009. Conveniente notificado a apresentar PC final Of. 1542, de 09/10/2008.



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (n° do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	558321	25100.035560/05-09 19/12/2005 a 15/01/2009 CV 1834/05	MSD	27/12/2005	101.540,00	2006 – 40.616,00 2007 – 40.616,00 2008 – 20.308,00	3.140,42	P.M. Nova Laranjeiras	PC parcial aprovada R\$ 75.901,86. DIESP 38% e PESMS 70%. Prazo para apresentação PC final 16/03/2009. Conveniente notificado Of. 1926, de 02/12/2008.
1	558903	25100.042956/05-02 30/12/2005 a 17/01/2009 CV 2816/05	QUALIÁGUA	16/01/2006	2.000.000,00	2006 – 800.000,00 2007 – 800.000,00 2008 – 400.000,00	-0-	CISMAE	PC parcial aprovada R\$ 941.531,63. DIESP 56,2%. Prazo para apresentação PC final 18/03/2009.
1	570504	25100.061241/06-21 28/06/2006 a 26/12/2008 CV 1343/06	ÁGUA	30/06/2006	120.000,00	Lib.total	3.991,78	P.M. Cap. Leônidas Marques	PC parcial aprovada R\$ 74.511,60. DIESP 75,7%. Prazo para apresentação PC final 24/02/2009. Conveniente notificado Of. 1545, de 09/10/2008.
1	570983	25100.061264/06-36 20/06/2006 a 24/01/2009 CV 1359/06	ÁGUA	30/06/2006	50.000,00	2007 – 20.000,00 2008 – 20.000,00	1.500,00	P.M. Jardim Alegre	Pc parcial a aprovar de R\$ 20.000,00. Aguardando parecer técnico DIESP. A liberar R\$ 10.000,00.
1	570984	25100.061347/06-25 28/06/2006 a 10/01/2009 CV 1371/06	ESGOTO	30/06/2006	200.000,00	2007 – 80.000,00 2008 – 80.000,00	6.000,00	P.M. Reseva do Iguazu	Inadimplente. Sem PC parcial. A liberar R\$ 40.000,00.
1	590854	25100.625106/06-17 29/12/2006 a 11/09/2008 EP 2969/06	RESÍDUOS	08/01/2007	150.000,00	Lib.total	5.400,00	P.M. Querência do Norte	A aprovar R\$ 147.100,00. O saldo a comprovar foi devolvido em fevereiro/2009 e o SIAFI atualizado.
1	590883	25100.064008/06-09 07/07/2006 a 31/10/2008 EP 2364/06	MSD	19/07/2006	100.000,00	2007 – 80.000,00	3.000,29	P.M. Icaraíma	Pc parcial aprovada R\$ 68.017,15. DIESP 71%. A liberar R\$ 20.000,00.



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	591226	25100.621374/06-60 05/12/2006 a 24/01/2009 CV 2616/06	MSD	10/01/2007	125.000,00	2007 – 50.000,00 2008 – 50.000,00	7.870,00	P.M. Mamborê	PC parcial a aprovar R\$ 50.000,00. Aguardando parecer técnico DIESP. A liberar R\$ 25.000,00.
1	591781	25100.625107/06-61 29/12/2006 a 21/01/2009 EP 2970/06	RESÍDUOS	08/01/2007	150.000,00	2008 – 150.000,00	4.899,00	P.M. Diamante do Norte	Sem PC parcial. Prazo para apresentação PC final 22/03/2009. Conveniente notificado Of. 1921, de 02/12/2008.
1	591782	25100.624985/06-60 29/12/2006 a 18/10/2008 CV 2957/06	ÁGUA	08/01/2007	200.000,00	2007 – 160.000,00	6.000,00	P.M. Cruzeiro do Oeste	PC parcial aprovada no valor de R\$ 158.857,62. DIESP 83%. A liberar R\$ 40.000,00.
1	595958	25100.625058/06-67 29/12/2006 a 07/01/2009 CV 2963/06	COOP.TÉC.	24/01/2007	90.000,00	2008 – 90.000,00	2.700,00	P.M. Terra Rica	Prazo para apresentação final 08/03/2009. Conveniente notificado Of. 1932, de 02/12/2008.

5.3 A aprovar com vigência expirada

Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	072245	24/05/1993 a 24/05/1994 CV 040/93	ZOONOSES	24/05/1993	196,00	Lib.Total	-0-	P.M. Londrina	Processo em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	082742	25/10/1993 a 25/10/1994 CV 180/93	EPIDEM	25/10/1993	6.081,81	Lib.Total	-0-	SECRETARIA SAÚDE	Processo em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	350767	25100.006530/97-98 17/06/1998 a 10/09/1999 CV 1377/98	TUBERC.	22/06/1998	17.100,00	Lib.Total	3.420,00	P.M. Paranaguá	Processo em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	352770	25100.005603/97-24 03/07/1998 a 06/01/2000 CV 1614/98	REDE FRIO	14/07/1998	143.497,00	Lib.Total	35.874,25	ISEP	Processo em Brasília para emissão de parecer técnico.



Tipo*	Código SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	411611	25100.001952/00-51 18/01/2001 a 31/05/2004	VIGILÂNCIA	18/01/2001	192.099,00	Lib.Total	48.024,75	ISEP	Processo em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	489683	25220.004335/03-94 22/12/2003 a 18/07/2008 CV 644/03	MSD	29/12/2003	89.957,80	Lib.Total	2.782,20	P.M. Centenário do Sul	PC Final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 18/12/2008.
1	511198	25100.015297/04-42 23/09/2004 a 19/10/2008 CV 929/04	PESQ.IND.	20/10/2004	62.885,95	Lib.Total	-0-	UEM	PC final em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	512766	25100.022692/04-81 26/10/2004 a 11/11/2008 CV 0990/04	ÁGUA	28/10/2004	1.268.680,00	Lib.Total	1.031.320,00	SEOP	PC final em análise.
1	512783	25100.022740/04-31 26/10/2004 a 07/08/2008 CV 1047/04	ESGOTO	28/10/2004	1.024.800,00	Lib.Total	439.200,00	SEOP	PC final em análise.
1	517413	25220.000481/04-21 17/12/2004 a 30/04/2007 CV 519/04	PESQ.SANEAM	21/12/2004	60.000,00	Lib.Total	-0-	UFPR	PC final em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	520763	25220.000484/04-65 15/12/2004 a 20/06/2008 CV 527/04	PESQ.SANEAM	21/12/2004	69.603,62	Lib.Total	-0-	SANEPAR	PC final em Brasília para emissão de parecer técnico.
1	530162	25100.020716/04-68 30/06/2004 a 12/12/2008 CV 0360/04	ÁGUA	01/07/2004	287.971,20	2006 – 230.376,20	9.028,80	P.M. S.José da Boa Vista	Inadimplente – Irregularidade na execução do objeto, no valor de R\$ 115.188,20. A FUNASA estipulou prazo para regularização até 06/04/2009. A liberar R\$ 57.595,00
1	557208	25100.034460/05-57 19/12/2005 a 28/08/2008 CV 1654/05	MSD	27/12/2005	120.000,00	Lib.Total	4.151,20	P.M. Borrazópolis	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 09/10/2008.
1	557215	25100.032017/05-41 19/12/2005 a 18/10/2008 CV 1185/05	ESGOTO	27/12/2005	312.000,00	Lib.Total	10.909,50	P.M. Conselheiro Mairinck	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 06/02/2009.
1	557228	25100.033951/05-81 19/12/2005 a 07/08/2008 CV 1577/05	ÁGUA	12/01/2006	110.000,00	Lib.Total	3.430,80	P.M. Verê	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 17/11/2008.



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	557229	25100.034491/05-16 19/12/2005 a 03/05/2008 CV 1672/05	ESGOTO	27/12/2005	400.000,00	Lib.Total	28.525,87	P.M. Tapejara	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 30/11/2008.
1	557233	25100.035576/05-11 19/12/2005 a 15/08/2008 CV 1843/05	ÁGUA	27/12/2005	99.220,00	Lib.Total	17.782,11	P.M. Terra Rica	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 29/06/2008.
1	557243	25100.032089/05-99 19/12/2005 a 06/11/2008 CV 1196/05	ÁGUA	03/01/2006	350.000,00	2006 – 280.000,00	106.496,23	P.M. Rio Branco do Sul	Pc parcial em análise. Supervisão técnica a ser realizada pela DIESP/FUNASA. A liberar R\$ 70.000,00.
1	557247	25100.020634/05-02 19/12/2005 a 19/09/2008 EP 0428/05	RESÍDUOS	27/12/2005	100.000,00	Lib.Total	24.430,00	P.M. Irati	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 21/12/2008.
1	557252	25100.031077/05-47 19/12/2005 a 14/08/2008 CV 0889/05	MSD	27/12/2005	100.000,00	Lib.Total	9.086,19	P.M. Jussara	Pc final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 30/11/2008.
1	557255	25100.032037/05-12 19/12/2005 a 10/06/2008 CV 1189/05	MSD	27/12/2005	100.000,00	Lib.Total	5.346,95	P.M. Leópolis	PC final em análise. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 28/09/2008.
1	557263	25100.036539/05-12 19/12/2005 a 04/03/2008 CV 2016/05	ÁGUA	27/12/2005	80.000,00	Lib.Total	10.944,49	P.M. Ivaté	Inadimplente. Não atendeu parecer financeiro.
1	557289	25100.030368/05-18 19/12/2005 a 02/11/2008 CV 0727/05	ESGOTO	27/12/2005	100.000,00	Lib.Total	57.915,02	P.M. São Jorge do Ivaí	PC final aguardando análise e PT DIESP. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 05/01/2009.
1	557294	25100.035572/05-25 19/12/2005 a 03/10/2008 CV 1841/05	MSD	27/12/2005	91.540,00	Lib.Total	3.810,00	P.M. S. Antonio do Caiuá	Pc final aguardando análise e PT DIESP e PESMS. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 02/01/2009.
1	558271	25100.032070/05-42 19/12/2005 a 10/10/2008 CV 1193/05	ÁGUA	27/12/2005	100.000,00	Lib.Total	4.934,80	P.M. Porto Barreiro	Pc final em análise. Aguardando PT DIESP; Prazo para emissão PT DIESP venceu em 16/10/2008.
1	558312	25100.020388/05-81 19/12/2005 a 19/03/2008 EP 0192/05	RESÍDUOS	27/12/2005	280.000,00	Lib.Total	37.012,00	P.M. Ortigueira	Pc final em análise pela Equipe de convênios. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 21/08/2008.



Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	570500	25100.061233/06-85 20/06/2006 a 24/01/2009 CV 1338/06	MSD	30/06/2006	40.000,00	2007 – 32.000,00 2008 – 8.000,00	1.200,00	P.M. Brasilândia do Sul.	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 21/12/2008.
1	570501	25100.061230/06-41 20/06/2006 a 20/01/2009 CV 1337/06	ÁGUA	30/06/2006	124.500,00	2006 – 49.800,00 2007 – 49.800,00 2008 – 24.900,00	3.850,51	P.M. Barracão	Pc final em análise, aguardando DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 18/12/2008.
1	570971	25100.060825/06-80 20/06/2006 a 25/03/2008 CV 1183/06	RESÍDUOS	30/06/2006	100.000,00	Lib.Total	3.000,00	P.M. Xambrê	Pc final em análise, aguardando DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 20/11/2008.
1	570972	25100.061267/06-70 20/06/2006 a 09/10/2008 CV 1362/06	MSD	30/06/2006	90.000,00	Lib.Total	7.800,00	P.M. Marmeleiro	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 28/12/2008.
1	570975	25100.061363/06-18 20/06/2006 a 05/12/2008 CV 1378/06	ESGOTO	30/06/2006	200.000,00	Lib.Total	6.200,00	P.M. São Pedro do Ivaí	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 19/01/2009.
1	570983	25100.061264/06-36 20/06/2006 a 24/01/2009 CV 1359/06	ÁGUA	30/06/2006	50.000,00	2007 – 20.000,00 2008 – 20.000,00	1.500,00	P.M. Jardim Alegre	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 04/07/2008.
1	571044	25100.061358/06-13 20/06/2006 a 31/10/2008 CV 1377/06	ESGOTO	30/06/2006	70.000,00	Lib.Total	19.000,00	P.M. São Jorge do Ivaí	Pc final em análise e aguardando PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 22/05/2008.
1	571325	25100.063929/06-46 30/06/2006 a 28/11/2008 CV 2294/06	ÁGUA	07/08/2006	159.000,00	Lib. Total	5.468,10	P.M. Bom Jesus do sul	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 26/12/2008.
1	571487	25100.061345/06-36 20/06/2006 a 14/08/2008 CV 1370/06	ÁGUA	30/06/2006	116.600,00	Lib.Total	3.950,00	P.M. Renascença	Pc final em análise e aguardando PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 02/11/2008.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

Tipo*	Código Siafi	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	571489	25100.061370/06-10 20/06/2006 a 10/01/2009 CV 1379/06	MSD	30/06/2006	100.000,00	2007 – 80.000,00 2008 -	3.100,00	P.M. Sengés	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 02/01/2009.
1	580223	25100.064014/06-58 07/07/2006 a 03/10/2008 EP 2370/06	MSD	19/07/2006	200.000,00	Lib.Total	6.200,00	P.M. Rosário do Ivaí	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 17/01/2009.
1	580224	25100.064015/06-01 07/07/2006 a 31/10/2008 EP 2371/06	MSD	19/07/2006	200.000,00	Lib.total	6.200,00	P.M. Kaloré	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP vence em 19/02/2009.
1	590853	25100.625108/06-14 29/12/2006 a 30/09/2008 EP 2971/06	RESÍDUOS	08/01/2007	150.000,00	Lib.total	35.542,00	P.M. Caampina da Lagoa	Pc final aguardando análise e PT DIESP . Prazo para emissão PT DIESP venceu em 10/01/2009.
1	590854	25100.625106/06-17 29/12/2006 a 11/09/2008 EP 2969/06	RESÍDUOS	08/01/2007	150.000,00	Lib.Total	5.400,00	P.M. Querência do Norte	Pc final em análise e aguardando PT DIESP. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 02/11/2008.
1	591226	25100.621374/06-60 05/12/2006 a 24/01/2009 CV 2616/06	MSD	10/01/2007	125.000,00	2007 – 50.000,00 2008 – 50.000,00	7.870,00	P.M. Mamborê	Pc final em análise e aguardando PT DIESP. Prazo para emissão PT DIESP venceu em 13/06/2008.



Notas:

Fonte: SIAFI (consulta realizada no dia 30/01/2009 às 10:58).

* Tipo de transferência: 1 - convênio, 2 - acordo, 3 - ajuste, 4 - parceria, 5 - subvenção, 6 – auxílio, 7 – contribuição ou 8 - outros.

** Situação da avença:

Observação 1: Valores a liberar, com vigência expirada:

A liberação de recursos é de responsabilidade da FUNASA/PRESIDÊNCIA. Conforme Portaria nº 544, de 14/05/2008 foram estabelecidos critérios para transferência de recursos financeiros das ações financiadas pela FUNASA. Para convênios ou termos de compromisso de até R\$ 2.000.000,00, deverão ser liberadas em três parcelas, sendo:

- 1ª Parcela: no valor de 20% do projeto a ser repassada, após aprovação técnica e administrativa dos mesmos, visando iniciar os processos licitatórios e demais procedimentos necessários ao início das obras, por parte dos convenientes;
- 2ª Parcela: no valor de 40% do projeto a ser repassada mediante relatório técnico favorável, emitido pelas Divisões/Serviços de Engenharia da FUNASA, demonstrando o percentual de execução física da primeira parcela liberada, informando a compatibilidade com o estágio do cronograma físico aprovado, visando assim dar prosseguimento ao cumprimento do objeto pactuado;
- 3ª parcela: no valor de 40% do projeto a ser repassada mediante aprovação da prestação parcial de contas da primeira parcela e ainda, relatório técnico favorável, emitido pelas Divisões/Serviços de Engenharia da FUNASA, demonstrando o percentual de execução física da segunda parcela liberada, informando a compatibilidade com o estágio do cronograma físico aprovado, visando assim possibilitar a conclusão dos objetos pactuados.

Para convênios ou termos de compromisso acima de R\$ 2.000.000,00 deverão ser liberadas, preferencialmente em quatro parcelas, sendo: 1ª parcela: no valor de 20% do projeto/2ª parcela: no valor de 30% do projeto/3ª parcela: 30% do projeto + aprovação da prestação contas parcial da 1ª parcela/4ª parcela: 20% do projeto + aprovação da prestação de contas da 2ª parcela.

O procedimento de execução dos convênios no SIAFI, quais sejam: cancelamento, registro, atualização vigência, é centralizado no DEPIN/CGCON/FUNASA/PRESI.

Observação 2: no caso de convênio com SALDOS A APROVAR, com vigência expirada:

O procedimento de execução dos convênios no SIAFI, quais sejam: cancelamento, registro, atualização vigência, é centralizado no DEPIN/CGCON/FUNASA/PRESI.

Observação 4: no caso de convênio com SALDOS A COMPROVAR, com vigência expirada:

O procedimento de execução dos convênios no SIAFI, quais sejam: cancelamento, registro, atualização vigência, é centralizado no DEPIN/CGCON/FUNASA/PRESI.

SIGLAS: DIESP – Divisão de Engenharia em Saúde Pública//PESMS – Programa de Educação e Mobilização Social.



6 ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Não houve ocorrências no período.

7 PROJETOS/PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrências no período.

8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não houve ocorrências no período.

9 DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não houve ocorrências no período.

10 OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

ANO DE INSCRIÇÃO	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2008	07	4.934,89	7	5.797,38

Obs. A utilização do cartão de crédito corporativo teve início a partir do segundo semestre de 2008.



12 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Número de Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas
208099/2008 - CGU	<p>a) Acompanhar com maior empenho e tempestividade a execução do convênio celebrado com a Associação de Defesa de Meio Ambiente Reimer;</p> <p>b) Orientar a convenente para que implemente controles mais eficazes em razão dos apontes realizados;</p> <p>c) Orientar a convenente para que passe a exigir maior atenção e empenho do supervisor de convênios contratado, exigindo eficiência;</p> <p>d) Cientificar a convenente sobre a restituição dos recursos quando não utilizados de acordo com o estabelecido no convênio.</p>	Coordenador Regional	<p>A Coordenação designou por meio da Portaria nº 797 MS/FUNASA/COREPR, os servidores Ana Maria Nóbrega de Góes, Raimunda Paulino de Araújo, Mario Alves da Cruz, para acompanhamento das metas físicas e financeiras do Convênio em referência, bem como para reorientar procedimentos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.</p> <p>Quanto à restituição de recursos a responsabilidade é da Coordenação Geral de Convênios/DF.</p>



Número de Relatório	Descrição da Improriedade/irregularidade e Providências efetivadas pela Coordenação Regional
Parecer da Auditoria Interna FUNASA nº 12/2009	<p>Processo 25220. 006.414/2006-82– Pregão Eletrônico 01/2007 - Contrato 07/2007 Parecer Técnico nº 24/2007/CGAUD/AUDIT e Parecer Técnico nº 40/2007/CGAUD/AUDIT</p> <p>Providência: Todas as recomendações foram atendidas na íntegra. O Contrato foi rescindido em 20/05/2008, publicado no DOU nº 226, de 20/11/2008, p.93, seção 3.</p> <p>Processo 25220. 004963/2007-01 Parecer Técnico nº 05/2008/CGAUD/AUDIT/PRESI</p> <p>Providência: As recomendações descritas no referido parecer não foram atendidas porque o processo não teve continuidade, ou seja, não foi licitado, tendo sido posteriormente arquivado.</p> <p>Obs.: Encontra-se pendente de encaminhamento à Coordenação Regional do Paraná o relatório da Auditoria Interna, relativa ao exercício de 2008.</p>



13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Recomendação/Determinação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas
Decisão 5278/2008 TCU 1ª Câmara	Recomenda a proporcionalização de algumas gratificações	DIREH/SAPAG	Cumprimento da decisão
Diligência 942/2008 TCU/Sefip	Solicita cópia de documentação de beneficiários de pensão	DIREH/SAPAG	Envio da documentação solicitada
Diligência 834/2008 TCU/Sefip	Solicita cópia de documentação de beneficiários de pensão	DIREH/SAPAG	Envio da documentação solicitada
Diligência 814/2008 TCU/Sefip	Solicita comprovação de dependência econômica de beneficiário de pensão	DIREH/SAPAG	Envio da documentação solicitada

14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADA NO EXERCÍCIO

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	-0-	-0-
Desligamento	-0-	-0-
Aposentadoria	15	15
Pensão	12	12

Notas:

A unidade mantém controle dos julgamentos sobre os atos praticados pela instituição.
Os processos de aposentadoria e pensão são encaminhados diretamente a CGU por meio de guia avulsa e não por meio de ofício.



15 DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve ocorrências no período.

16 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos – quadro próprio	108	2.427.073,20	103	2.525.507,47	98	3.156.139,00
Funcionários Contratados – CLT	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Total Pessoal Próprio	108	2.427.073,20	103	2.525.507,47	98	3.156.139,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de Confiança, sem vínculo	6	131.314,14	6	195.050,98	6	237.596,84

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8745/93)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	39*	462.006,14	32	628.554,35	37**	673.614,18
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	0	0	10	92.280,12	10	114.659,39
Estagiários	74	98.956,48	85	98.748,60	70	142.654,93
Total Pessoal Terc. + Estag.	113	560.962,62	127	820.123,07	117	930.928,50

*A empresa Castelo Dourado, com 19 funcionários, teve seu último pagamento efetuado em março 2006, entrando a empresa Alternativa com 12 funcionários. Os 8 outros funcionários são da empresa Auxiliar de Segurança.

** A empresa Alerta, com 3 funcionários teve seu último pagamento efetuado em 04/07, entrando em seu lugar a empresa Equipseg com 4 funcionários. A empresa Auxiliar com 8 funcionários e a empresa Múltipla com 22 funcionários.



Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus - Servidores Ativos – quadro próprio	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	606	13.618.577,40	589	14.441.979,61	580	18.674.190,00
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Total Pessoal cedido pela Unidade	606	13.618.577,40	589	14.441.979,61	580	18.674.190,00

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	59	R\$ 1.649.362,00
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	38	R\$ 969.320,00
Total Geral	97	R\$ 2.618.682,00

17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

É de se destacar como extremamente relevante o teor do Relatório das atividades da Divisão de Engenharia, com destaque ao saneamento em áreas indígenas e atendimento ao PAC.

Colocação da questão

- A Presidência da Funasa vem orientando as Coordenações Regionais, através de suas Divisões de Engenharia (Diesps), para efetuar o acompanhamento de obras e ações propostas por convênios, sobretudo obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com equipe própria.

Histórico recente do ocorrido no Paraná

- Até o mês de Dezembro de 2007, o acompanhamento das obras de convênios era efetuado por 8 engenheiros, sendo 6 consultores externos a instituição e 2 engenheiros do quadro. Com o término do contrato com a UNESCO, todos os consultores foram dispensados. Neste ano, o DENSPP/Presidência está sugerindo que a assunção do acompanhamento de todos os convênios seja feita pela equipe de técnicos (engenheiros) pertencentes ao quadro da instituição, acrescida de somente um engenheiro a ser contratado temporariamente em processo seletivo. A Diesp, no entanto, além das atribuições de acompanhamento de convênios de obras tem também sobre si, toda a responsabilidade de atendimento a áreas indígenas, atividades de cooperação técnica, de controle de qualidade de água, acompanhamento de pesquisas e assessoria na elaboração e acompanhamento em planos municipais de saneamento, bem como edificações em prédios administrativos e em áreas indígenas.
- Tal responsabilidade, pelo fato de envolver ações executivas, necessita de grupo técnico em constantes deslocamentos a campo e também uma grande demanda de serviços de escritório.

Grupo atual de técnicos da Diesp/ Core – PR.

- A Diesp conta atualmente com 7 técnicos de nível superior (6 engenheiros civis e 1 engenheiro químico). Um deles lotado em Maringá e o restante em Curitiba.

Conjunto de responsabilidades formais da Diesp/Core-Pr

- Construção, operação e manutenção de sistemas de água situados em reservas indígenas
- Análises/ acompanhamentos de processos de convênios
- Assistência técnica e administrativa aos Serviços de Água conveniados.
- Cooperação técnica em saneamento
- Ações de controle de qualidade da água
- Edificações administrativas e de saúde indígena

Atividades de cada conjunto de responsabilidades

Áreas indígenas

Aqui no Paraná, dispomos dos seguintes dados:

Municípios dispostos com reservas:.....	22
Sistemas de água implantados:.....	35
Aldeias atendidas:.....	42
População indígena atendida:.....	14500.hab. ¹

¹ - informação repassada pela DSEI

Até o mês de Julho passado, o grupo de atendimento central, (Curitiba), contava com 3 engenheiros, 1 auxiliar administrativa e 4 técnicos de nível médio.

Com o rompimento do contrato com a ONG Reimer, dois técnicos foram dispensados, além da auxiliar administrativo. Entre os técnicos, um era engenheiro e outro técnico de nível médio. Além disso, o outro engenheiro, cujo serviço era diversificado, aposentou-se.

Na reunião de todos os técnicos, inclusive aqueles lotados no interior, foi sugerido, que o setor se recompusesse tendo minimamente a seguinte constituição:

- 1 engenheiro específico e 2 engenheiros em atendimento parcial:

Desse grupo, um deles coordena por meio de portaria, todas as ações que envolvem a questão indígena, e com tempo integral, para tal mister. Os outros 2 são auxiliares, tendo cada qual uma área específica (grupo de aldeias) dentro do estado para responder. O interessante aqui é que um destes; terá também, uma área designada para seu atendimento a convênios. O outro técnico pelo fato de ser engenheiro e arquiteto é responsável pelo atendimento a obras de prédios administrativos e de saúde indígena.

O responsável do setor, também terá duas áreas de atendimento, um grupo de 10 aldeias no Sudoeste e outro grupo de nove aldeias no Norte do Estado, para atenção somente as questões indígenas.

- 3 técnicos de nível médio:



Um dos técnicos de nível médio continuará atendendo, como fiscal de contrato, as ações, na áreas indígenas relativas á manutenção/recuperação eletro-mecânica de todas as unidades (conjuntos motobombas, dosadoras, automatizações dos sistemas, quadros elétricos de comando, etc., etc.,...)

Outro técnico tem a missão e deverá continuar atuando no controle operacional dos sistemas de água (coleta, transporte, análises físico-químicas e bacteriológicas de amostras de água de cada sistema operado).

O terceiro técnico efetua, na condição de geólogo, o controle de todos os mananciais (que em sua grande maioria, são poços tubulares profundos).

O quarto técnico cujo contrato foi rescindido efetuava todo o controle de estoque de materiais hidráulicos necessários para as aldeias.

Todos os técnicos também apóiam as atividades das outras ações da engenharia, sempre que podem.

Além das ações descritas, o setor, também elabora todos os projetos técnicos de implantação/expansão dos sistemas de água das aldeias indígenas, contando para isso com o topógrafo do Diesp; que trabalha, para todas as áreas da Divisão.

Algumas das atividades desenvolvidas pelo setor da área indígena são:

- Elaboração de projetos técnicos
- Especificações técnicas de equipamentos/obras
- Montagem completa de processos de licitações (obras/equipamentos)
- Acompanhamento direto das obras contratadas
- Atividades de suporte as ações de campo, inclusive operação, manutenção e controle completo de funcionamento de todos os sistemas. .

• O setor já está a implantar em todas as aldeias, módulos sanitários, e em uma delas, desenvolve o projeto de um sistema completo de esgoto sanitário

Além dos tópicos abordados acima, há uma manifestação escrita de todos os técnicos lotados no interior, reivindicando melhores condições de trabalho, para o bom desenvolvimento de suas atividades, as quais apoiamos integralmente.

Julgamos que a atenção ao saneamento na área indígena, deva sempre ter a mesma importância que a Funasa procura dar a saúde do índio.

Acompanhamento de obras de Convênios

Para que haja o conhecimento real de toda a questão relativa a convênios, o grupo acha de suma importância a apresentação da planilha anexa, onde é demonstrada de forma plena, toda a sua magnitude; e para a qual chamamos a atenção especial de seu passivo, que não foi diminuído por sequer 6 consultores, com atuação específica, integral e direta somente nesse assunto, apesar do bom desempenho que eles apresentaram.

Após o encerramento dos contratos de todos os consultores, o grupo ficou reduzido a 2 engenheiros do quadro e mais 1 engenheiro a ser contratado temporariamente, para atuação em convênios, constatando-se a impossibilidade do acompanhamento dos 486



convênios de obras, ainda que seja feito um trabalho de priorização do acompanhamento pelos engenheiros do quadro, uma vez que várias ações estão em desenvolvimento, e muitas não podem sofrer descontinuidade, por exemplo a operação dos 35 sistemas de abastecimento de água em áreas indígenas, que requer um atendimento imediato, para que não haja interrupção no abastecimento de água.

Cooperação Técnica

Na área de cooperação técnica que envolve a assistência técnica e administrativa a 35 Serviços Autônomos de água e Esgoto, a 2 Consórcios de Saneamento: CISMAE e CISMASA, temos a participação de 1 engenheiro de forma específica e 2 engenheiros (civil e químico) em tempo parcial.

5.3.1 Planos Municipais de Saneamento

Destaca-se também a participação de dois engenheiros em tempo parcial (civil e químico) na elaboração e acompanhamento a 8 convênios de Planos Municipais de Saneamento, sendo que os recursos já foram liberados e encontram-se em desenvolvimento os planos para os municípios de: Terra Rica, Ibiporã e Sarandi, e cinco, já com os planos aprovados e recursos orçamentários empenhados, estão aguardando a liberação de recursos financeiros.

5.3.2 Pesquisas

No acompanhamento de cinco Projetos de pesquisa: 03 UFPR; 01 SANEPAR e 1 UEM, três engenheiros (2 civis e 1 químico) estão atuando em tempo parcial.

Controle de Qualidade da água

Encontra-se em fase final de construção o Centro de Referência em Saneamento Ambiental / novo Laboratório de Controle em Saneamento Ambiental, com cerca de 1.800 m² de construção, em Maringá/PR.

Para este empreendimento 02 convênios são acompanhados, em tempo parcial, por 2 engenheiros (civil e químico), em parceria com o Consórcio CISMAE, envolvendo a construção como também a aquisição de equipamentos.

Encontra-se também, em operação, uma Unidade Móvel de Controle de Qualidade da Água, atendendo, prioritariamente, os sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas.



Edificações Administrativas e Saúde Indígena

Previsão de início da reforma da fachada do prédio sede da FUNASA com 8 pavimentos além da atividade de rotina de atendimento às manutenções nos prédios da Funasa (sede, transporte e CASAI)

Liberação de recurso para a construção de 3 novos Pólos Base, além do projeto da reforma do Pólo Base de Londrina, existe ainda a previsão de reformas em diversos Postos de Saúde situados em terras indígenas.

Equipe necessária:

No estudo do dimensionamento da equipe minimamente necessária, os técnicos que trataram da questão, entenderam que:

- Há necessidade de no mínimo 3 visitas por convênio (prévia, desenvolvimento da obra e final), e em situação desejável, a média de 5 visitas por convênio.
- Segundo o CREA/PR um engenheiro deve acompanhar no máximo 20 obras simultaneamente.

Adotando-se um parâmetro maior do que o estabelecido pelo CREA/PR, pois trata-se de acompanhamento de convênios de obras, de 25 convênios por técnico de acompanhamento simultâneo, para atendimento aos 486 convênios necessitam-se de 20 engenheiros!

Pode parecer um exagero, mas este é o fato real. Por exemplo, levando em consideração as visitas a serem realizadas:

25 convênios x 5 visitas = 125 visitas por técnico

125 visitas x 3 dias (incluindo deslocamento) = 375 dias.

Como nem todas as visitas são realizadas no mesmo ano, com uma redução de 50% teríamos um valor de 187,5 dias, ou seja, descontados os fins de semana e feriados o técnico passaria mais da metade do seu tempo viajando.

Diante do exposto a equipe de engenharia da DIESP/COREPR ressalta a necessidade de se manter a equipe mínima de consultores que estava em atuação até dezembro de 2007, ou seja 8 consultores, 6 para o atendimento a convênios de obras e 2 para o saneamento em áreas indígenas, sendo que o ideal, conforme explanação anterior seria necessário ampliar o número de consultores a serem contratados.

Convém registrar que o grupo ressaltou a dificuldade encontrada, especialmente neste ano, no que se refere aos aspectos logísticos, por exemplo, a situação precária dos poucos veículos de saneamento e a falta de motoristas e veículos para o atendimento às ações da DIESP.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS DE OBRAS/AÇÕES – CORE-PR								
ANO	QUANTIDADE DE CONVÊNIOS POR AÇÃO				TOTAL	SITUAÇÃO ATUAL		VALOR TOTAL (R\$)
	ÁGUA	ESGOTO	RESÍDUOS SÓLIDOS	M.S.D		CONCLUÍDOS	A ADMINISTRAR	
2003	8	5	5	9	27	10	17	3.621.048,94
2004	14	8	12	14	48	3	45	1.788.018,72
2005	31	21	17	22	91		91	20.322.609,35
2006	26	10	21	27	84		84	12.496.574,00
2007	39	01	31	35	106		106	19.053.523,67
2008	37	16	14	25	92		92	91.989.582,09
2007 / 2008	AÇÕES ESPECIAIS – ASSENTAMENTOS							
	15				15		15	11.703.930,00
	AÇÕES ESPECIAIS – QUILOMBOLAS							
	20			16	36		36	5.097.441,97
TOTAL						13	486	227.349.728,74



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

18 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO III

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Declaração do Contador Responsável**

A.2 – Com Ressalva

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes a Unidade Gestora 255016/36211 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, exceto no tocante a:

RESTRIÇÃO	TÍTULO
101	FALTA E / OU ATRASO DE REMESSA DO RMBM / RMBI
163	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. ATIVO COMPENSADO
973	FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS


Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2009


EVANICE CAMARGO CARDOSO
Contador Responsável

Ciente,


Ordenador de Despesas


Miguel L. Bitencourt Pacheco
Coordenador Regional
Do Paraná
Em Exercício



1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, BALANÇO FINANCEIRO, BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PREVISTOS NA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Declaração do Contador Responsável anexa.

2 BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

3 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4 DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5 NOTAS EXPLICATIVAS/REGIMES DE CONTABILIDADE ADOTADOS PELA LEI Nº 4.320/64 E LEI Nº 6.404/76

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Não houve ocorrências no período.

7 DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS DE NATUREZA SIGILOSOS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO IV

CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO DA **UNIDADE DE PESSOAL**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná
Divisão de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO


DECLARO que foi divulgado, para conhecimento de todos os agentes públicos vinculados a esta Coordenação Regional do Paraná, o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, informando que todo agente público, no âmbito do poder Executivo Federal, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física – Anexo I, ou apresentar a declaração de bens e valores – Anexo II, estabelecendo-se o prazo final de 30/05/2008 para a apresentação dos anexos, conforme opção individual.

Findo o prazo estabelecido, alguns agentes públicos não apresentaram a declaração de bens e valores e nem a autorização de acesso as informações, apesar da notificação individual expedida para os mesmos, ficando esta pendência até a presente data.

Declaro, ainda, que este fato está sendo comunicado à autoridade competente para que sejam adotados os procedimentos administrativos e legais cabíveis.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2009

Atenciosamente,


LUIZ HENRIQUE COELHO BARRETO
Chefe da Divisão de Recursos Humanos



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO V

RELATÓRIOS E PARECERES DE **INSTÂNCIAS QUE DEVAM SE** **PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS** **OU SOBRE A GESTÃO**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

AUDITORIA INTERNA

PARECER DA AUDITORIA INTERNA Nº 12/2009

REFERÊNCIA: Processo nº 25220.000.736/2009-61

UNIDADE JURISDICIONADA: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Paraná – FUNASA/CORE/PR.

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual – 2008

Refere-se a Parecer da Auditoria Interna consignado nos termos do item 1 do Anexo V da Decisão Normativa nº. 94, de 3.12.2008, bem como à Instrução Normativa nº 57, de 27.8.2008, ambas do Tribunal de Contas da União/TCU, c/c a Norma de Execução nº 3, de 19.12.2008, aprovada pela Portaria nº. 2238, de mesma data, da Controladoria Geral da União/CGU, de conformidade ao disposto no Decreto Federal nº 3.591, de 6.9.2000.

2. Este Parecer balizou-se em apontamentos constantes da Auditoria/AAF nº. 2008/129 realizada na Unidade em referência, com período-base de janeiro a outubro de 2008, dados dos sistemas informatizados utilizados na FUNASA e em outras análises realizadas pela AUDIT em face de procedimentos realizados naquela CORE.

3. A seguir, encontram-se destacadas as análises de auditoria a partir dos pontos examinados de acordo com a legislação em vigor, com os princípios que regem o Serviço Público Federal e com os demais procedimentos de auditoria aplicáveis ao tema.

3.1 "A capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, nos termos da IN/TCU nº 57/2008":

3.1.1 Gestão Administrativa

3.1.2 Gestão Orçamentária/Financeira

Por ocasião da análise realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (posição em dezembro de 2008) verificou-se que a Coordenação Regional havia recebido de Provisão Orçamentária a importância de R\$9.465.283,71. Desse montante se constatou que R\$8.715.409,75, havia sido empenhada, correspondendo ao percentual de 92,07%.

Em verificação ao Sistema Integrado de Passagens e Diárias – SIPAD realizada em 09.12.2008, foi constatado inadimplências nas comprovações de viagens de 824 servidores/colaboradores (806 servidores e 18 colaboradores eventuais). Contudo, a CORE deverá atentar para as seguintes recomendações abaixo:



- 1) otimizar os controles quanto ao acompanhamento das prestações de contas a fim de eliminar as pendências e conseqüente prejuízo ao erário com apuração de responsabilidade e instauração de Tomada de Contas Especial;
- 2) Atentar para o disposto na Nota n.º 04/99 aprovada pelo Sr. Presidente da FUNASA, onde estabeleceu o seguinte: "5. Colaborador eventual, no âmbito desta Fundação, estritamente, é o profissional de saúde ou de qualquer outra área, cientista ou pesquisador, ou ainda técnico de notória especialização e comprovada competência, que sem vínculo mediato ou imediato, com a Administração Pública Federal, é chamado para prestar serviço em caráter eventual à Instituição, desde que seja manifesto o interesse desta na realização de serviços ou participação em eventos que exijam o envolvimento do profissional."

3.1.3 Almoxarifado

a) No Almoxarifado os saldos contábeis dos sistemas ASI e SIAFI estavam conciliados e que a comissão constituída procedeu conforme determinava o Memorando nº 15/SEMAT.COMAP/CGLOG, de 22 novembro de 2007.

3.1.4 Patrimônio

- a) pendência de baixa no sistema SIAFI, o valor de R\$12.085.048,28 na Conta Contábil 19993.01.00 - Obras em Favor de Entidades;
 - b) não realização do levantamento físico dos bens móveis, considerando a mudança da situação física dos bens;
 - c) não cumprimento da Portaria nº 1.968/2006, quanto a doação dos bens cedidos por Termo de Comodato à Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, a exemplo do valor de R\$889.964,17 registrado no sistema SIAFI na conta contábil 14212.93.00.
 - d) não registro no sistema SIAFI dos bens não encontrados na conta contábil 14212.90.00 - Bens em Processo de Localização;
 - e) Termos de Responsabilidade não assinados pelos responsáveis dos setores: DSEI, Gabinete, DIESP, DIREH, ASCOM e CASAI.
- f) verificou-se descrição genérica dos bens constante do inventário de 2007, principalmente com relação a conta contábil 14212.52.00 - Veículos de Tração Mecânica, tais como: caminhoneta diversas e veículos automotores de carga, ou seja não constava a descrição completa dos bens, a exemplo: nº da placa, Chassi, modelo, ano de fabricação, etc.

3.1.5 Transportes

- a) não operacionalização do sistema de controle de transportes SICOTWEB, desde 2006;
- b) sinistro ocorrido nos veículos de placas BO4956, AFK4495 e AIU2368, sem o devido ressarcimento dos valores pelo motorista/servidor da FUNASA ou terceiros.
- c) falta de controle dos Boletins Diários de Tráfego, referente aos veículos locados pela empresa SUL CAR.
- d) Constatou-se que a CORE/PR deveria atualizar o cadastro de motoristas oficiais e os servidores que tiveram autorizações para conduzir os veículos oficiais tendo em vista o número significativo de servidores com documentação vencida cito: Carteira Nacional de Habilitação/CNH e as autorizações para conduzir os veículos.

3.1.6 Contabilidade:

- a) verificou-se registrado na Conta Contábil 11229.01.00 - Pagamentos Indevidos, no valor de R\$1.367,79;
- b) conta contábil, 11229.08.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas, no valor de R\$45.403,38;

C



- c) conta contábil, 11229.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação, no valor de R\$2.955,13;
- d) saldo pendente de restos a pagar do exercício de 2007, desde dezembro 2008, referente a execução de obras, no valor de R\$356.061,90.
- e) verificou-se que a Core vinha realizando pagamento de despesas com energia elétrica, água, telefonia, cartão combustíveis, refeição e outros sem a realização de procedimento licitatório/contrato e emitindo indevidamente os empenhos na modalidade **Não de Aplica**.

3.1.7 Suprimento de Fundos

- a) Aquisição de materiais/serviços por Suprimento de Fundos, sem a respectiva pesquisa de mercado, em desacordo com o art. 7º, da Portaria nº 877 de 20/06/2006.

3.1.8 Gestão de Recursos Humanos

- a) Em que pese a Auditoria Operacional em Folha de Pagamento de Pessoal naquela Coordenação ter sido prevista no PAINT/2008, os trabalhos de inspeção não foram realizados em virtude de demandas surgidas no decorrer do exercício e que implicaram na reprogramação de atividades. As novas ações de auditoria foram demandas por Órgãos de Controle Externo (CGU e TCU); Ministério Público Federal e da Direção da FUNASA e mereceram tratamento prioritário em face de risco e relevância dos objetos auditados..

3.1.10 Tomada de Contas Especial - TCE .

A CORE/PR informou que no período base sob exame não constava registro de instauração de Tomada de Contas Especial pela Unidade.

3.1.11 Atuação da Auditoria Interna no acompanhamento e na análise de TCE

Foram analisados e concluídos 1 (um) processos de Tomada de Contas Especial, correspondentes a 100% dos processos recebidos na Auditoria Interna, conforme Anexo I.

Com o objetivo de manter atualizadas as informações sobre TCE no âmbito das Coordenações Regionais, foi expedido o Memorando-Circular nº 22/ASTEC/AUDIT/PRESIFUNASA, de 4.10.2006, requerendo cópias das Portarias dos processos instauradas e que doravante os dados fossem remetidos a esta Unidade de Controle até o 5º dia útil de cada mês. Registre-se que no exercício/2008, não consta remessa dos dados solicitados pela CORE/PR.

Na competência institucional da Auditoria Interna foi exarado o Memorando-Circular nº 14/2007/GAB/Audit/Presi, de 22.5.2007, comunicando às áreas da FUNASA o registro de TCE's paralisadas, ao tempo em que foram solicitadas providências quanto ao cumprimento dos prazos e envio dos processos, para julgamento do Tribunal de Contas da União. Já no exercício de 2008, foi expedido o Memorando-Circular nº 19/ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA, de 3.10.2008, com o intuito de reafirmar a necessidade de priorização na instauração e conclusão das TCE's, com o alerta da possibilidade de responsabilização dos agentes causadores do descumprimento dos prazos normativos.

3.1.12 Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Segue na forma do quadro a seguir o quantitativo de processos administrativos disciplinares e sindicâncias punitivas instauradas no âmbito da Corregedoria, no que

Gi



concerne ao Estado do Paraná. Quanto aos procedimentos efetivados pela Regional, os respectivos detalhamentos compõem o Anexo III do presente processo de prestação de contas anual, que se reporta ao Item 7 do Anexo V da DN-TCU/94/2008.

COORDENAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ					
ITEM	REF. PROCESSO N°	PAD/SIND	PORTARIA N°	OBJETO	SITUAÇÃO ATUAL/ RESULTADOS ALCANÇADOS
01	25100.005.438/2008-42	PAD	Portaria n° 35, de 29.2.2008, publicada no BS 009, de 29.2.2008	Apurar denúncia de adulteração de documentos escolares por parte de servidora da CORE-PR, utilizando-se de recursos da instituição, conforme consta do expediente registrado no SC/DWB sob o n° 25220.001.068/2007-27.	Comissão concluída.
02	25100.009.004/2008-11	PAD	Portaria n° 76, de 2.4.2008, publicada no BS-014, de 4.4.2008	Apurar denúncia de irregularidade formulada pelo Prefeito Municipal de Sertãozinho-PR, em desfavor de dois servidores engenheiros, lotados na CORE-PR, conforme apontado nos autos do processo n° 25220.001.394/2007-34.	Comissão concluída.
03	25100.014.490/2008-90	INV. PRES.	Portaria n° 121, de 16.5.2008, publicada no BS-020, da mesma data.	Apurar mediante investigação preliminar a denúncia noticiada pelo Comunicado datado de 12.5.2008, registrado sob o n° 25100.013.998/2008-71, no âmbito da CORE-PR.	Comissão concluída.
04	25100.030.381/2008-10	PAD	Portaria n° 200, de 15.8.2008, publicada no BS 035, de 29.8.2008	Apurar responsabilidades de servidor pelo uso indevido de veículo oficial, Pick-up Corsa, placa LNW 0005, ano 2002, conforme consta dos autos do Processo n° 25100.014.490/2008-90.	Comissão concluída.
05	25100.029.342/2008-70	SIND	Portaria n° 204, de 15.8.2008, publicada no BS 035, de 29.8.2008	Apurar irregularidades desde o processo licitatório até a contratação com a empresa especializada na locação de veículos com motoristas para atender a demanda da CORE-PR, conforme consta do Memorando n° 1134-Gab/Audit/Presi, registrado sob o n° 25100.013.541/2008-56.	Comissão concluída. Determinado a instauração de PAD em desfavor de Vinicius Reali Paraná, Sérgio Esteliodoro Pozzetti e Thiago Andrey Patory Barbosa, com apuração do prejuízo causado ao erário, além do envio de cópia dos autos ao MPF e notificação à SEATA/PRESI para maior fiscalização e cobrança nos controles de veículos na CORE-PR, na forma do julgamento publicado no BS 046, de 14.11.2008.
06	25100.029.343/2008-14	SIND	Portaria n° 205, de 15.8.2008, publicada no BS 035, de 29.8.2008	Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n° 2007/134, realizado na CORE-PR, com relação ao Convênio n° 2892/2006, celebrado entre a Funasa e a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer/PR, conforme consta do Memorando n° 1489-Gab/Audit, registrado sob o n° 25100.021.287/2008-70.	Comissão concluída. Determinado a instauração de PAD em desfavor de Vinicius Reali Paraná e Sérgio Esteliodoro Pozzetti, além do envio de cópia dos autos ao MPF e cópia do relatório à CGCON, na forma do julgamento publicado no BS 046, de 14.11.2008.



COORDENAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ					
ITEM	REF. PROCESSO N°	PAD/SIND	PORTARIA N°	OBJETO	SITUAÇÃO ATUAL/ RESULTADOS ALCANÇADOS
07	25100.033.099/2008-94	SIND	Portaria n° 236 de 16.9.2008, publicada no BS 038-Edição Extra, de 17.9.2008	Apurar denúncia do Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, no Estado do Paraná em desfavor de servidor Engenheiro, de supostas negociações para elaboração de projetos e Planos de Trabalho para execução de poços artesanais, conforme consta do expediente registrado sob o n° 25220.003.951/2008-32.	Comissão concluída. Determinado a instauração de PAD em desfavor do servidor engenheiro José Sérgio de Lima, na forma contida no julgamento publicado no BS 048, de 28.11.2008.
08	25100.042.553/2008-06	PAD	Portaria n° 301, de 26.11.2008, publicada no BS 048-Edição Extra, de 26.11.2008	Apurar irregularidades desde o processo licitatório até a contratação com a empresa especializada na locação de veículos com motoristas para atender a demanda da CORE/PR, conforme consta do Memorando n° 1134-Gab/Aud/Presi, registrado sob o n° 25100.013.541/2008-66 (Sindicância n° 25100.029.342/2008-70)	Trabalhos em andamento

Com a instauração do Processo Disciplinar n° 25100.042.553/2008-06, item 06, o Presidente da FUNASA, fundamentando-se no art. 147, da Lei n° 8.112/1990, como medida cautelar, afastou preventivamente o Coordenador Regional Vinícius Reali Paraná, por 60 (sessenta) dias do exercício do cargo comissionado, conforme Portaria n° 1.360 de 26/11/2008 e prorrogável pela Portaria n° 47 de 21/01/2009, publicada no BS n° 004 de 23/01/2009.

3.2 "Regularidade de Processos Licitatórios":

No período de janeiro a outubro de 2008, a execução dos procedimentos licitatórios na CORE/PR totalizaram 68 processos, incluídas dispensa e inexigibilidade, sendo que por ocasião dos trabalhos de Auditoria Interna na CORE/PR, foram analisados 04.

Inexigibilidade	16	0	0%
Dispensa	25	0	0%
Convite	0	0	0%
Tomada de Preços	0	0	0%
Pregão	27	4	14,81%
TOTAL	68	4	14,81%

De modo geral, a CORE/PR utilizou-se das modalidades Tomada de Preços e Pregão para aquisições de materiais e contratação de serviços, representando um percentual de 36,08% e 46,34%, respectivamente, perfazendo um total de 82,42%, do total de despesas empenhadas e liquidadas em 2008, qual seja R\$8.715.409,75.

O quadro a seguir demonstra que a Coordenação Regional da FUNASA no Estado do Paraná, no exercício de 2008, em analogia a 2007, manteve uma baixa entre as despesas oriundas de Pregão e Tomada de Preço na ordem de 22,49% e 24,16%, respectivamente. Todavia, no que se refere às modalidades de Convite, Inexigibilidade, Dispensa, Suprimento de Fundos e Não Aplicáveis, mantiveram os mesmos equilíbrios. A CORE/PR deverá suprir suas necessidades por meio dos procedimentos licitatórios apropriados, objetivando adquirir



seus materiais/serviços, de acordo com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da legalidade e, sobretudo, do interesse público.

BALANCETE 2007 – Provisão Recebida – R\$9.731.088,92 (19.222.01.00)

Conta	Descrição		Despesas Realizadas (Empenhadas e Pagas)
19.241.02.02	Convite	185.409,32	1,90%
19.241.02.03	Tomada de Preços	1.160.075,77	11,92%
19.241.02.04	Concorrência	0,00	0,00%
19.241.02.06	Dispensa de Licitação	257.048,61	2,64%
19.241.02.07	Inexigibilidade	680.697,07	7,00%
19.241.02.08	Não Aplicável	675.059,10	6,94%
19.241.02.09	Suprimento de Fundos	75.010,71	0,77%
19.241.02.12	Pregão	6.697.788,34	68,83%
Total das despesas realizadas:		9.731.088,92	100%

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira – Transação >BALANCETE

BALANCETE 2008 – Provisão Recebida – R\$9.465.283,71 (19.222.01.00)

Conta	Descrição		Despesas Realizadas (Empenhadas e Pagas)
19.241.02.02	Convite	0,00	0,00%
19.241.02.03	Tomada de Preços	3.144.465,54	36,08%
19.241.02.04	Concorrência	0,00	0,00%
19.241.02.06	Dispensa de Licitação	246.882,94	2,83%
19.241.02.07	Inexigibilidade	473.683,00	5,43%
19.241.02.08	Não Aplicável	780.054,55	8,95%
19.241.02.09	Suprimento de Fundos	32.364,68	0,37%
19.241.02.12	Pregão	4.037.959,04	46,34%
Total das despesas realizadas:		8.715.409,75	100%

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira – Transação >BALANCETE

No exercício de 2008, verificou-se na conta contábil 33390.92.00 - despesas realizadas por meio de Reconhecimento de Dívidas, no valor de R\$208.322,55, conforme detalhamento a seguir:

Elemento de Despesa	Descrição	Valor
33390.92.03	Pensões	53,28
33390.92.14	Diárias	1.111,06
33390.92.39	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	207.158,21
Total		208.322,55

3.2.1 - Execução Contratual

Na análise da execução dos contratos nºs 14/2008 e 18/2008, referente aos Pregões 07/2008 e 15/2008, que tinham como objetos: Serviços referente à preparo e fornecimento de refeições para atender a Casa de Saúde Indígena – CASAI, e Serviços de vigilância desarmada, respectivamente, foi constatado que as garantias de execução apresentavam suas vigências finais antes do término das vigências dos referidos contratos.

3.3 “O gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento”:



Assessoria Técnica Regional

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP e a Equipe de Convênios, manifestaram-se informando que o convênio celebrado é o de nº 2.982/06, celebrado com a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, cujo objeto "Desenvolver ações de prevenção de doenças, promoção e recuperação de saúde dos povos indígenas, no âmbito do DSEI-PR".

A supervisão periódica e ordenada dos trabalhos, não foi positiva, tendo em vista que o plano operacional somente foi aprovado em 4 de agosto de 2008, já decorrido dois terços do exercício. A indisponibilidade de recursos ocasionou à época ocupações indígena na CORE.

A força de trabalho do DSEI foi considerada insuficiente para o cumprimento da exigência institucional.

O DIESP atualmente não trabalha mais de forma integrada com o DSEI, a DIESP elabora a programação dos trabalhos para a área indígena, sendo necessária uma maior participação de técnicos do DSEI em relação às aldeias, os técnicos de saneamento vêm desenvolvendo suas atividades e apoiando no que é necessário.

Quanto aos convênios referentes à saúde indígena... no DSEI do Paraná o Sistema de Informação da Atenção a Saúde Indígena - SIASI é alimentado pelas aldeias e Pólos Base. Não há inserção de dados na sede do Distrito. Os três Pólos: Paranaguá, Londrina e Guarapuava e apenas mais 15 aldeias possuem equipamentos necessários, são as fontes alimentadoras de informações, além disso, os Pólos são responsáveis pelo envio dos lotes gerados por eles e pelas aldeias.

A Core PR, consta com 70 Convênios a Liberar, 33 a Comprovar e 46 a Aprovar, com pendências de liberação de recursos, cobrança de prestação de contas e análise, todos já expirados. Diante da relevância do assunto, foram exaradas as seguintes recomendações:

- 1) A CORE-PR, por meio das áreas técnica e financeira, deverá priorizar a análise e emissão dos pareceres referentes aos convênios com vigências já expiradas, sob pena de apuração de responsabilidade. Os registros serão verificados nos próximos trabalhos de Auditoria.
- 2) A CORE/PR, consoante as devidas análises, deverá providenciar os registros de aprovação ou impugnação das prestações de contas parciais/finais que não foram apresentadas e/ou constatadas irregularidades, adotar demais medidas administrativas de acordo com o art. 35 parágrafo único, da IN/STN n.º 01/97, e suas alterações.
- 3) A CORE/PR, por meio da Equipe de convênio deverá analisar as prestações de contas dos convênios que se encontram na situação "A Aprovar", conforme artigo 31 da IN/STN n.º 01/1997, e em cumprimento às determinações do Acórdão n.º 2128/2004/TCU/2 Câmara, enviado por meio do Ofício Circular 26/CGU/PR, de 17.1.05.
- 4) A CORE/PR deverá adotar providências para regularização quanto aos convênios em que as vigências encontram-se expiradas e que estão na situação de "A Comprovar". Esgotadas as medidas de cobrança, sem a respectiva correção, instaurar as respectivas Tomadas de Contas Especiais, se for o caso, procedendo à identificação dos responsáveis e qualificação e quantificação do dano ao erário, de acordo com o artigo 38 da IN/STN n.º 01/97.
- 5) A CORE/PR deverá verificar a possibilidade de readequar a força de trabalho existente, de modo a suprir as necessidades de pessoal da equipe de Convênios. E se for o caso viabilizar um entendimento com a CGCON quanto ao item 7 desta recomendação.
- 6) Ao Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – DEPIN, juntamente com o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, como já solicitado em auditoria anterior, que promovam mecanismos necessários para corrigir as deficiências operacionais existentes nos monitoramentos e acompanhamentos dos convênios da Regional, visando dar



cumprimento às ações institucionais, tendo em vista o constante da IN/STN-01/97 e art. 54 do Decreto n.º 93.872/86.

- 7) A CGCON, conforme atribuição disposta no Art. 64, III, Regimento Interno/FUNASA, e considerando a carência de pessoal em todos os setores da Funasa em especial as Equipes de Convênios, se propõe que essa Coordenação proceda levantamento atualizado dos processos juntos as CORE's quanto aos convênios que necessitam de pareceres técnico ou financeiro para elaboração de um planejamento, visando compor uma força tarefa para dar suporte às regionais para zerar os passivos dos convênios existentes.

3.4 "O cumprimento de suas recomendações no âmbito da Unidade":

No período 11/11 a 24/11/2007 foi realizada Auditoria n.º AAF-2007/129 na Coordenação Regional da Funasa no Estado do Paraná-PR, sendo que as respostas quanto ao cumprimento às recomendações disposta no Relatório foram efetivadas na forma resumida a seguir.

No que concernem as execuções contratuais, cabe relatar a Auditoria Especial AAF n.º 2006/005, abrangendo os controles quanto à execução do contrato de locação de veículos, e irregularidades apontadas na própria motivação, planejamento e realização do certame licitatório que gerou o contrato n.º 7/2007, na forma dos Pareceres de Auditoria n.º 24 e 40/2007, que apontaram as seguintes impropriedades/irregularidades:

- a) *Ausência de fundamentação quanto à oportunidade, conveniência e prioridade na contratação de serviços, principalmente quando foi realizado o confronto com valor do contrato com as despesas administrativas executadas pela CORE/PR em anos anteriores;*
- b) *Falta de demonstração de disponibilidade orçamentária,*
- c) *Ausência de estudos que demonstrassem a economicidade da opção de contratação e de custos unitários na formação dos preços.*

A auditoria Interna apresentou posicionamento por Parecer de Auditoria n.º 5, de 8.5.2008, quanto aos procedimentos de gestão implementados pela Regional na contratação de empresa especializada em locação de veículos com motoristas. Sendo informado que na execução da auditoria AAF n.º 2007/129, constatou-se que as implementações recomendadas nos Pareceres 24 e 40/2007 não foram efetivadas.

Por oportuno, a Regional apresentou nova proposta de contratação, ainda sem observar as sugestões da Auditoria, as quais em linhas gerais indicaram o que segue:

- I) *Ausência de comprovação das quilômetros rodadas (BDT), demonstrando se a forma de contratação foi a mais vantajosa (quilometragem livre) – servindo de parâmetro para elaboração da média histórica;*
- II) *Falta de pesquisas de mercado;*
- III) *Estudos técnicos apresentados não são suficientes para comprovar a necessidade de contratação na quantidade de veículos propostos. No final de 2007, a PRESI entregou àquela Regional 7 (sete) Picapes 4X4 — Nissan para utilização nas ações da saúde indígena;*
- IV) *Desde 2007 a Regional/PR não solicitava a aquisição de veículos, em desacordo com o parágrafo único, artigo 3º da Instrução Normativa n.º 1/SLTI/MPOG, de 21 .6.2007, apresentando como justificativa a terceirização existente (Plano Anual de Aquisição de Veículos — PAAV);*
- V) *Ausência de autorização do DEADM para realização do procedimento licitatório, uma vez que o valor estimado foi superior a R\$300.000,00, em desacordo com a Portaria n.º 594/PRESI, de 11 .6.2007;*



- VI) No que se refere ao princípio da economicidade, não restou comprovado ser vantajoso para a FUNASA, em razão do valor estimado no PBS ter sido de R\$3.930.000,00, diferente da pesquisa de preço R\$7.686.000,00;
- VII) Não foi demonstrado se a aquisição de veículos próprios em conjunto com a contratação de motoristas, terceirizados ou não, seria a mais econômica, ainda que esta contemplasse os serviços de manutenção preventiva e corretiva. Se fosse considerado correta a estimativa mensal de quilômetros levantada pela Regional, seria mais vantajoso a contratação por franquia;
- VIII) Erros formais.

Esta Auditoria não opinou pelo sobrepreço, porém, enfatizou a necessidade de motivar e apresentar elementos que caracterizasse que a forma demonstrada fosse a mais vantajosa e econômica para a administração.

Por oportuno, manifestou-se ainda, que não havia elementos suficientes para o prosseguimento do procedimento licitatório, em razão das impropriedades/irregularidades apontadas naquele Parecer, recomendando inclusive a apuração de responsabilidade, o que ocorreu por meio da Sindicância instaurada pela Portaria nº 204/2008, resultando, na instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 25100.042.553/2008/06, cujo trabalho encontra-se em andamento.

3.5 "O cumprimento das recomendações expedidas pelo Órgão ou Unidade de Controle Interno":

No âmbito da Auditoria Interna não consta registro de demandas oriundas da SFC/CGU quanto ao cumprimento de recomendações à CORE/PR.

3.6 "O cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União":

No que se refere a Auditoria Interna não consta registro de demandas originárias do TCU quanto ao cumprimento de determinações e recomendações à CORE/PR.

4. De acordo com os exames realizados pela equipe de auditoria, restou constatado que os controles internos da Coordenação Regional da FUNASA no Estado do Paraná, apresentaram evoluções, das quais se conclui que os atos de gestão e as atividades-fim foram desempenhadas de forma satisfatória no período-base sob exame. Contudo, importa ressaltar que ainda persistem fragilidades, no que concerne ao acompanhamento da execução e finalização das análises dos convênios, setor de transportes, patrimônio, contabilidade, pagamento de despesas sem cobertura contratual, e de exercícios anteriores, implicando inclusive a necessidade de instauração de procedimento apuratório. Infere-se dessa forma que o não atendimento às recomendações proposta nesse relatório poderá comprometer a qualidade da gestão da Coordenação Regional.

Brasília, de março de 2009.


EVACIL RATHGE RANGEL
SIAPE Nº 6477400



1 PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Parecer da auditoria Interna nº 12/2009, anexo.

2 PARECER DE CONSELHO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

3 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL E DE AVALIAÇÃO ANUAL (CONTRATOS DE GESTÃO)

Não houve ocorrências no período.

4 PARECER DO DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE SUPERVISORA DO CONTRATO DE GESTÃO

Não houve ocorrências no período.

5 RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Não houve ocorrências no período.

6 RELATÓRIO DE GESTÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO BANCO OPERADOR

Não houve ocorrências no período.

7 RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO COM A DESCRIÇÃO DOS FATOS SOB APURAÇÃO PELAS COMISSÕES DE INQUÉRITO EM PROCESSOS DISCIPLINARES

Parecer da auditoria Interna nº 12/2009, anexo.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO VI

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE **AUDITORIA DE GESTÃO**



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO VII

CONTEÚDO DO CERTIFICADO DE AUDITORIA



ANEXO VIII

CONTEÚDO DO PARECER DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Paraná

ANEXO IX

CONTEÚDO DO PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL OU DE AUTORIDADE EQUIVALENTE